

Balanço do Trabalho Parlamentar

XVII Legislatura – 1.ª Sessão Legislativa

GRUPO PARLAMENTAR DO PCP



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

Palácio de S. Bento
1249-068 LISBOA

Tel.: 800200358 / 213919202
gp_pcp@pcp.parlamento.pt

www.pcp.pt
www.pcp.pt/assembleia-republica

Conteúdo

Conteúdo	3
1. Balanço do trabalho do Grupo Parlamentar	5
I – O trabalho Parlamentar do PCP	5
II – Os Balanços Setoriais	9
Trabalho	9
Administração Pública	10
Segurança Social	10
Deficiência	11
Sistema Financeiro, Concorrência e Grupos Económicos	11
Fiscalidade	12
Saúde	12
Educação	13
Ensino Superior	13
Cultura	15
Desporto	15
Associativismo	16
Comunicação Social	16
Habitação, Transportes e Infraestruturas	16
Agricultura e Pescas	17
Ambiente	18
Energia	18
Direitos das crianças e defesa do superior interesse da criança	18
Igualdade / Violência doméstica	19
Justiça	20
Direitos fundamentais e Imigração	20
Administração Interna	21
Proteção Civil e Bombeiros	22
Poder Local	22
Defesa Nacional	23
Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas	23
Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira	24
Intempéries	24
2. Debates Temáticos / Agendamentos Potestativos / Interpelações ao Governo	28
3. Comissões Eventuais e de Inquérito	30
4. Debates com Primeiro-Ministro e Governo sobre Política Geral e Sectorial	31
5. Declarações Políticas	33
6. Debate do Programa do Governo	34
7. Debate do Estado da Nação	35
8. Orçamento do Estado	36
Debate na Generalidade	36
Debate na Especialidade	36
Propostas de alteração	37
Discussão e votação final global	37

9. Jornadas Parlamentares.....	40
10. Projetos de Lei	41
11. Projetos de Resolução.....	46
12. Apreciações Parlamentares	50
13. Inquéritos Parlamentares	51
14. Votos apresentados pelo PCP	52

1. Balanço do trabalho do Grupo Parlamentar

I – O trabalho Parlamentar do PCP

1. A 1.^a Sessão Legislativa da XVII Legislatura fica marcada por uma recomposição do quadro parlamentar resultante das eleições legislativas de 18 de maio de 2025, traduzida numa correlação de forças extremamente prejudicial para os trabalhadores e o povo, com o aumento do número de deputados das forças mais reacionárias, que obtiveram 160 mandatos em 230, somando os deputados do PSD, CDS, IL e CH.

Estes primeiros 15 meses da XVII Legislatura ficam profundamente marcados pelo acelerar do ataque aos direitos dos trabalhadores com a infame proposta do pacote laboral – que foi justamente derrotada pela luta dos trabalhadores –, pelo contraste entre os baixos salários e pensões e os lucros recorde dos grupos económicos, pelo ataque às funções sociais do estado, pela profunda degradação dos serviços públicos, dos quais se destaca a grave situação em que se encontram as respostas na Saúde e na Educação, pelas políticas neoliberais na Habitação, que insistem na absoluta desregulação do sector, em particular no que diz respeito às leis do arrendamento, com os correspondentes e persistentes aumentos brutais dos preços da habitação, por políticas objetivas de favorecimento dos grupos económicos, seja por via de benefícios fiscais, seja pela continuidade na liberalização de setores estratégicos da economia, desde logo através das privatizações.

Soma-se a isto uma agenda reacionária e antidemocrática que visa atacar os mais pobres, os mais frágeis e desprotegidos, seja por via das alterações às prestações sociais, como é o caso da Prestação Social Única, cujas alterações aprovadas com o PS não iludem a dimensão negativa da proposta, seja pela alterações às leis da imigração e nacionalidade, muitas em claro confronto com a Constituição da República, todas elas com o mesmo objetivo, de fomentar o racismo e a xenofobia e a divisão entre os trabalhadores, estigmatizar a pobreza, precarizar ainda mais a vida de milhares dos trabalhadores, aumentando a sua exploração e a pressão sobre os salários no sentido da sua redução real.

É esta a síntese dos primeiros 15 meses da legislatura, uma aliança retrógrada e antidemocrática entre o PSD, o CDS, a IL e o CH, um governo que governa para uma minoria privilegiada contra a imensa maioria dos portugueses, em nome dos grandes interesses financeiros e contra as famílias, contra os reformados e pensionistas, num país onde as famílias estão cada vez com mais dificuldades, com

piores serviços públicos, onde os únicos indicadores que crescem são os lucros dos grupos económicos.

Uma atuação governativa que também no plano internacional tem vexado o nome de Portugal, com a sua subserviência aos propósitos imperialistas dos EUA, da NATO e da UE, numa vergonhosa postura que é contrária aos interesses do povo português e aos princípios da Constituição da República Portuguesa e do direito internacional.

Este período fica também marcado pelo conjunto de violentas tempestades que assolaram o País, em particular a sua zona centro, no final de janeiro e no início de fevereiro de 2026. Fenómeno meteorológico de extrema gravidade, foi responsável pela destruição de milhares de hectares de floresta, pelo corte de estradas, rebentamento de diques, pela destruição total ou parcial de dezenas de milhares de habitações e unidades industriais, pelo corte de abastecimento de eletricidade, água e telecomunicações numa vasta região do país. Seis meses depois, as respostas tardam em chegar e revelaram-se aquém das necessidades.

2. Desde o primeiro momento o PCP denunciou as consequências da política de direita prosseguida pelo Governo PSD/CDS, com o apoio da IL e CH e viabilizada pelo PS, e interviemos para evitar que fossem implementadas com a apresentação de uma Moção de Rejeição do programa do Governo.

Demos combate a opções políticas retrógradas e reacionárias e exigimos soluções para a resolução dos problemas que afetam os trabalhadores, os jovens o povo e o País. Desde logo, pela valorização efetiva dos salários e das pensões, para melhorar as suas condições de vida, enfrentar os elevados preços dos bens e serviços essenciais, e combater a pobreza. A valorização do trabalho e dos trabalhadores é condição para o desenvolvimento e progresso do País, por isso avançamos com propostas concretas para remover as normas gravosas da legislação laboral e reforçar os direitos dos trabalhadores. Destaque para o chumbo do pacote laboral, em resultado da luta dos trabalhadores, da sua coragem, unidade e força.

Enfrentar o aumento do custo de vida exige uma ação firme e determinada para assegurar o controlo e redução de preços de bens e serviços essenciais, nomeadamente nos alimentos, nos combustíveis, no gás e eletricidade, como o PCP propôs.

Destaque na nossa intervenção em defesa dos serviços públicos e dos direitos sociais, designadamente o reforço da capacidade do Serviço Nacional de Saúde e a valorização dos seus profissionais; o investimento na Escola Pública, a resposta à falta de professores, a valorização dos seus trabalhadores e agora perante o caos nos exames nacionais, a exigência ao Governo que os estudantes não são prejudicados no seu percurso escolar; o aumento da disponibilização de habitação pública, o combate à especulação e à liberalização do arrendamento; a defesa do sistema público e universal da segurança social e o reforço da proteção social, designadamente a valorização das longas carreiras contributivas, com acesso à reforma sem penalizações com 40 anos de descontos ou a universalização do abono de família; a criação de uma rede pública de creches e de lares.

Intervimos por mais justiça fiscal e contra a redução do IRC, que favorece sobretudo os grupos económicos; demos combate às privatizações (TAP, das linhas mais rentáveis da CP, Silotagus, entre outras); denunciámos a perda de soberania que coloca em causa a única refinaria do País com o negócio entre a Moeve e a Galp; e defendemos o reforço do investimento público e a concretização dos compromissos assumidos como são exemplo, a construção do novo aeroporto de Lisboa ou a ponte entre Barreiro e Lisboa.

Uma intervenção diversa e distintiva. Desde as questões do trabalho, da saúde, educação, habitação, segurança social à cultura, ao desporto e associativismo; da exigência da aposta na produção nacional e do apoio aos MPME e setores produtivos, na agricultura, florestas e pesca ao controlo público de empresas e setores estratégicos da economia; por mais justiça fiscal; da defesa do ambiente, do aumento da oferta dos transportes públicos, às questões da energia; da justiça às migrações; da intervenção sobre os problemas sentidos pela juventude, pelas mulheres, pelos reformados, pelas crianças e pelos pais à intervenção sobre problemas que afetam os bombeiros, os profissionais das forças e serviços de segurança e das forças armadas; do apoio aos afetados pelas intempéries à prevenção dos incêndios; das comunidades portuguesas à defesa da cooperação e da paz, tudo isto esteve presente na nossa ação parlamentar.

Uma intervenção que se destaca pelo conteúdo das propostas e soluções que adianta, de rutura com a política de direita, demonstrando que é possível e exequível a concretização da política alternativa patriótica e de esquerda, necessária para assegurar a vida digna que o povo tem direito e desenvolver o País.

A força dos trabalhadores derrubou o pacote laboral, será a força dos trabalhadores e do povo que derrotará esta política e tomará nas suas mãos o destino do nosso País.

O PCP tal como esteve, está e estará, com a sua ação, intervenção e luta pelos direitos, justiça e desenvolvimento.

3. Neste balanço, um sublinhado especial para a apresentação da **Moção de Rejeição do Programa do Governo** e destaque para as principais iniciativas e propostas apresentadas nesta 1.ª Sessão da XVII Legislatura, de entre um total de **216 iniciativas**, divididas entre **100 Projetos de Lei, 110 Projetos de Resolução**, as 5 **Apreciações Parlamentares aos Decretos-Lei n.º 31-C/2026**, de 5 de fevereiro “Cria um regime de apoios sociais e de lay-off simplificado para as zonas atingidas pela tempestade «Kristin»”, Decreto-Lei n.º 92/2025, de 14 de agosto - “Aprova o processo da primeira fase da reprivatização do capital social da TAP - Transportes Aéreos Portugueses, SA.”, Decreto-Lei n.º 143/2026, de 16 de julho que “Aprova a orgânica do INEM - Autoridade Nacional de Emergência Médica, I.P.”, Decreto-Lei n.º 135/2026, de 9 de julho que “Procede à criação da Universidade de Leiria e Oeste” e Decreto-Lei n.º 145/2026, de 17 de julho que “Procede à criação da Universidade Técnica do Porto”, e a **proposta de Inquérito Parlamentar à decisão do Governo português de se envolver na agressão militar dos EUA e Israel ao Irão, com as suas consequências**, que foi rejeitada com os votos contra do PSD, CH, PS, IL, CDS-PP e a abstenção do JPP.

Destacamos também as duas Audições Parlamentares que realizámos durante esta sessão legislativa: a audição sobre a **fusão da FCT e da ANI e criação nova agência de inovação AI2** e a audição sobre Saúde com o tema, **“Salvar o SNS – uma necessidade urgente!”** e sobre a **segurança social, subordinada ao tema, “Defender a Segurança Social: Emprego, Salários, Direitos e Solidariedade”**.

Dirigimos **620 perguntas e requerimentos** ao Governo. Realçam-se também as dezenas de visitas feitas pelos Deputados do PCP por todo o País e as **231 audiências** realizadas na com entidades e pessoas a título individual.

Nesta sessão legislativa foram aprovadas três importantes iniciativas propostas pelo PCP, designadamente o reforço dos direitos dos bombeiros (Projeto de Lei n.º 172/XVII/1.ª - Reforça os direitos e regalias dos bombeiros, procedendo à oitava alteração ao Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de junho, que define o regime jurídico aplicável aos bombeiros portugueses no território nacional e à quarta alteração à Lei n.º 94/2015, de 13 de agosto, que define as regras do financiamento das

associações humanitárias de bombeiros); a aplicação da legislação da concorrência em vigor aos processos pendentes para evitar a sua prescrição como ocorreu com o “cartel da banca” (Projeto de Lei n.º 508/XVII/1.ª - Aplica a Lei da Concorrência aos Processos Pendentes); e o reforço dos apoios às vítimas dos incêndios (Projeto de Lei n.º 171/XVII/1.ª - Reforça medidas urgentes de apoio às vítimas dos incêndios (Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 98-A/2025, de 24 de agosto)).

Foram aprovados na generalidade o Projeto de Lei n.º 423/XVII/1.ª - Densificação das condições para a suspensão provisória dos processos relativos à violência doméstica, altera o Código de Processo Penal, a Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro, e o Estatuto da Vítima, aprovado em anexo à Lei n.º 130/2015, de 4 de setembro e o Projeto de Lei n.º 27/XVII/1.ª - Reforça as medidas de proteção das vítimas de violência doméstica (10.ª alteração à Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro), cuja discussão prossegue na especialidade.

II – Os Balanços Setoriais

Trabalho

O PCP apresentou um alargado conjunto de iniciativas com vista à elevação das condições de vida dos trabalhadores e pela garantia de um trabalho digno e com direitos, desde logo a valorização dos salários, tendo como referência o aumento em pelo menos 15% não inferior a 150 euros e o aumento do Salário Mínimo Nacional, com o aumento para os 1 050 euros, com efeitos a 1 de janeiro de 2026. O incentivo real à negociação coletiva, com a revogação do regime de caducidade e a reposição do princípio do tratamento mais favorável; a definição de regimes laborais e de aposentação específicos para trabalho especialmente penoso; a eliminação dos mecanismos de desregulação dos horários de trabalho; a redução do horário de trabalho para as 35 horas; o reforço dos direitos dos trabalhadores que trabalham por turno e trabalho noturno; a reposição de 25 dias de férias; a reposição dos valores de pagamento do trabalho suplementar; a alteração dos critérios para despedimento pondo fim à facilitação do despedimento; a criação de subsídio de alimentação para todos os trabalhadores; a criação de condições para a articulação entre a vida profissional e a vida pessoal e familiar; e o reforço dos direitos de maternidade e paternidade são outras matérias tratadas.

Também no Parlamento, o PCP contribuiu para a derrota do pacote laboral, com que o Governo, apoiado por PSD, CDS, CH e IL pretendiam agravar a exploração e a desregulação do trabalho.

Na sequência das intempéries do final de janeiro e do início de fevereiro, que afetaram milhares de empresas e dezenas de milhares de trabalhadores, o PCP apresentou medidas, designadamente em termos de apoios sociais e proteção laboral, como o pagamento dos salários a 100% para os trabalhadores em situação de lay-off.

Administração Pública

Na área da Administração Pública a intervenção do PCP pautou-se pela defesa dos trabalhadores, na valorização das carreiras e dos salários, a revogação do SIADAP e pela regularização de todos os vínculos precários, designadamente dos contratados, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e de outros programas, através de projetos temporários, mas cujo trabalho diário responde de facto a necessidades permanentes dos serviços.

Sendo os trabalhadores fundamentais para assegurar serviços públicos de qualidade e as funções sociais do Estado, o PCP tem procurado contrariar o desmantelamento da Administração Pública em curso pelo Governo, alertando para a necessidade de reforçar a contratação de profissionais.

Segurança Social

A valorização das pensões e reformas é uma prioridade permanente para o PCP, que apresentou propostas para o seu aumento intercalar mínimo de 50 euros, por forma a promover a recuperação de rendimentos e a, ao contrário dos suplementos extraordinários concedidos pelos governos, consolidar no montante global de cada pensão e no cálculo a sua evolução futura.

Foram apresentadas propostas para a valorização das carreiras contributivas, designadamente as de longa duração, com o acesso à reforma sem penalizações com 40 anos de descontos, a eliminação das penalizações e do fator de sustentabilidade, assim como a reposição da idade legal da reforma nos 65 anos de idade.

O PCP apresentou propostas para a concretização de uma rede de pública de equipamentos e serviços para a terceira idade – lares, centros de dia e de convívio e apoio domiciliário –, da responsabilidade da Segurança Social, sem desvalorizar o papel complementar do setor social e solidário.

Nas respostas necessárias aos apoios à infância, o PCP insistiu na criação de uma rede pública de creches, na reposição de escalões e na universalização do abono de família.

O PCP denunciou e combateu os ataques ao Sistema Público, Universal e Solidário de Segurança Social como garante de proteção social a todos os trabalhadores, em curso pela Comissão Europeia, que, a

pretexto do “inverno demográfico” e da redução da despesa pública, visa a liberalização dos sistemas e o favorecimento dos fundos privados de pensões.

O Grupo Parlamentar do PCP foi a voz constante na defesa da consolidação e reforço da sustentabilidade financeira da Segurança Social, com a criação de emprego de qualidade, combate à precariedade, aumento anual dos salários e do Salário Mínimo Nacional, prevenção e combate ao trabalho não declarado, recuperação da dívida e combate à fraude e evasão contributivas, fim das isenções e reduções indevidas da Taxa Social Única e uma contribuição extraordinária às empresas em função do valor acrescentado líquido.

Entre outras iniciativas, destaca-se a realização uma Audição Pública sob o tema “Defender a Segurança Social: Emprego, Salários, Direitos e Solidariedade”.

Deficiência

O PCP distingue-se na apresentação de propostas para a elevação das condições de vida das pessoas com deficiência, para o reforço do valor da Prestação Social para a Inclusão e o alargamento da sua abrangência; a melhoria do regime de antecipação da idade da reforma; a ampliação das condições do acesso aos produtos de apoio/ajudas técnicas; a criação de um programa plurianual de acessibilidades, especialmente em espaços e edifícios públicos ou de utilidade/serviço público; e o acesso à Língua Gestual Portuguesa, ao braille e a outros formatos.

O PCP apresentou também propostas para a revisão do Modelo de Apoio à Vida Independente e para o alargamento da rede de centros de apoio (CAVI), garantindo respostas de que as pessoas com deficiência necessitam, nomeadamente os jovens que terminam a escolaridade obrigatória.

Para combater atrasos de muitos na realização de juntas médicas para obtenção ou renovação do Atestado Médico de Incapacidade Multiuso, cuja falta dita a perda dos benefícios e direitos que lhes estão associados, o PCP continuou a apresentar propostas concretas.

Sistema Financeiro, Concorrência e Grupos Económicos

Destaca-se a aprovação do Projeto de Lei para aplicação da Lei da Concorrência aos processos pendentes, visando impedir a prescrição de multas a grupos económicos de que beneficiou o “Cartel da Banca”. A iniciativa resultou das audições parlamentares do Banco de Portugal e da Autoridade da Concorrência requeridas pelo PCP.

Foram apresentadas propostas pela redução das comissões bancárias e de defesa de mais de um milhão de famílias com contratos de crédito à habitação, devendo ser os lucros da banca a suportar

os aumentos das taxas de juro; contra a promoção e uso de criptoativos pela banca; e pelo acesso das populações aos serviços bancários e ao Multibanco.

Perante as intempéries e os estragos provocados, o PCP interveio para que as seguradoras assumam as suas responsabilidades perante as populações e pequenas e médias empresas.

O PCP esteve contra o processo e pela suspensão da venda do Novo Banco pela Lone Star ao BPCE e a alienação da participação pública, saldada em mais de sete mil milhões de euros de encargos para o povo português e no aprofundamento da entrega da banca nacional ao capital estrangeiro.

Fiscalidade

Diversos projetos de lei e propostas de alteração ao Orçamento do Estado reafirmam a visão e o projeto distintivo do PCP, por um regime fiscal mais justo que desagrave os rendimentos do trabalho e tribute justamente os rendimentos de capital e a grande propriedade, num combate aos regimes fiscais de privilégio e aos benefícios fiscais aos grandes proprietários e grandes empresas e o agravamento da injustiça fiscal.

Assim, contrapôs-se à redução da taxa de IRC um modelo de maior progressividade do imposto, em benefício das micro, pequenas e médias empresas, assim como a redução do IVA sobre a energia, telecomunicações e bens alimentares.

Saúde

O PCP interveio com propostas concretas para Salvar o Serviço Nacional de Saúde, para garantir o acesso universal aos cuidados de saúde, a fixação dos atuais e contratação de mais profissionais de saúde no SNS, por via da integração do internato na carreira médica, da valorização dos profissionais de saúde com respostas para o regresso dos profissionais de saúde e o regime de dedicação exclusiva ao SNS.

Foi apresentado um Projeto de Lei que elimina as urgências regionais (revoga o modelo regionalizado das urgências do SNS) e o Projeto de Lei que Consagra a gestão democrática no SNS, modificando a forma de recrutamento dos conselhos de administração dos estabelecimentos.

No quadro do reforço dos direitos dos utentes do SNS, foram apresentadas propostas como o reforço da resposta em cuidados paliativos pediátricos, a adoção de medidas para melhorar a abordagem em saúde à Esclerose Lateral Amiotrófica, medidas para os doentes com fibromialgia e encefalomielite miálgica, e a adoção de medidas que garantam o acompanhamento dos doentes com demência ou situação psicologicamente instável. É de sublinhar o Projeto de Lei- Direito à dispensa ao trabalho no

dia da dívida de sangue, que altera o Estatuto do Dador de Sangue para garantir a dispensa renumerada no dia da dívida de sangue.

Por fim, o PCP também tem intervindo no âmbito da Comissão Parlamentar de Inquérito ao INEM com o objetivo de apurar as responsabilidades políticas entre o XXII Governo Constitucional e o XXVI Governo Constitucional. A participação do PCP nesta CPI destaca-se pela denúncia das opções políticas dos Governos PS e PSD/CDS, de não valorização das carreiras e da não contratação de profissionais para o INEM, nomeadamente os Técnicos de Emergência Pré-Hospitalar, bem como não autorizarem a compra de mais meios, e a não manutenção dos meios existentes do instituto. Acresce a isto a denúncia das novas medidas para o INEM, como a alteração à Lei Orgânica, a passagem de mais responsabilidades para as Unidades Locais de Saúde e as alterações do transporte intra-hospitalar.

Educação

Na área da educação, a intervenção do PCP teve como objetivo a valorização da Escola Pública, Gratuita, Inclusiva e de Qualidade, assim como a valorização dos seus profissionais. Destaque para as propostas para assegurar suprir a falta de professores e assegurar que todos os estudantes têm professor a todas as disciplinas; para o projeto de lei que estabelece a gestão democrática dos estabelecimentos de ensino pré-escolar, básico e secundário e para o alargamento das vagas da educação pré-escolar, assim como a criação de uma rede pública de creches.

Na intervenção do PCP esteve também presente a garantia da igualdade na educação, nomeadamente pela gratuidade das refeições escolares a todos os estudantes do ensino pré-escolar, básico e secundário. Um sublinhado especial para a intervenção para uma efetiva escola inclusiva, dotada de meios e recursos para responder às necessidades específicas de cada estudante e para a atualização do modelo de financiamento, considerando os custos reais e os direitos dos trabalhadores para as escolas do ensino artístico com contrato de patrocínio e para as escolas do ensino especial com contrato de cooperação. Foi proposta ainda a uniformização do calendário escolar.

Este ano letivo fica marcado com o caos nos exames, da única responsabilidade do Ministério da Educação, Ciência e Inovação, com a implementação de um procedimento experimentalista e sem condições para ser generalizado e depois da dita “reforma” do Ministério, depauperando-o de meios e de capacidade. O PCP exigiu resposta e soluções do Governo que garantam que nenhum estudante seja prejudicado.

Ensino Superior

O sector do Ensino Superior tem sofrido um conjunto de ataques que aprofundam a sua mercantilização e elitização. Desde logo, no anúncio do Governo e a confirmação em sede de Orçamento do Estado, em pretender aumentar as propinas, que levou o PCP não só a apresentar um requerimento para a audição do Ministro da Educação, Ciência e Inovação como a reiterar a sua proposta de eliminação das propinas, taxas e emolumentos.

A par desta proposta, o PCP apresentou um Projeto de Lei que alargava efetivamente os apoios no âmbito da Ação Social escolar, no sentido de garantir que nenhum estudante abandona o ensino superior por falta de condições económicas.

O PCP interveio também, com Projeto de Lei e propostas de alteração no âmbito da discussão Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES) e apresentou ainda um conjunto de medidas de combate à precariedade no ensino superior, designadamente assegurando a contratação e vinculação de todos os trabalhadores necessários ao funcionamento das Instituições.

Ciência

O sector da Ciência continua a ser assolado pelo problema da precariedade que não é compatível com a valorização do trabalho científico, nem contribui para suprir necessidades permanentes dos Laboratórios Associados, Laboratórios do Estado, Instituições de Ensino Superior Público, que produzem trabalho, imaterial e material. O PCP apresentou um Projeto de Lei que previa a aprovação de um regime transitório para a Carreira de Investigação Científica, para todos os investigadores, incluindo bolseiros de investigação, designadamente ao abrigo do Estatuto da Carreira da Investigação Científica.

A extinção da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) e da Agência Nacional da Inovação (ANI), fundindo-as numa nova agência AI2, sob a tutela conjunta dos Ministérios da Educação e da Economia, foi uma decisão tomada à revelia da comunidade científica e muito contestada. No sentido de ouvir a comunidade científica, o PCP realizou uma Audição Pública, que permitiu perceber que o único caminho era a cessação de vigência do Decreto de Lei que aprovou a fusão, tendo em conta que este aponta um caminho errado, que não é passível de ser corrigido com alterações mais ou menos pontuais.

Para o PCP, o potencial das novas tecnologias, e em particular da Inteligência Artificial, deve-se concretizar com total respeito pelos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, nomeadamente dos trabalhadores, e com a salvaguarda da soberania e independência nacionais. Deste modo, o PCP apresentou um regime especial para a utilização da Inteligência Artificial, tal como propôs a criação de um instituto público, o Instituto Nacional para a Computação Avançada, I.P. – Laboratório do

Estado, integrante da rede de Laboratório do Estado que assuma a promoção, condução, regulação, fiscalização e monitorização do desenvolvimento e aplicação da computação avançada e redes neuronais, da IA, incluindo linhas próprias de investigação e desenvolvimento, mas também orientado para a transferência de resultados académicos para o aparelho produtivo e para uma crescente incorporação tecnológica com vista ao aumento do valor acrescentado da produção nacional.

Cultura

O PCP manteve o objetivo de criação de um Serviço Público de Cultura e a democratização do acesso à cultura, o que implica um reforço no financiamento, designadamente garantindo 1% do Orçamento do Estado para a Cultura, que permita a aplicação de um Plano Nacional de Desenvolvimento para as Artes e a Cultura.

Entre as medidas apresentadas, destacam-se o Plano Nacional Extraordinário de Mitigação de Riscos, Proteção e Salvaguarda do Património Cultural afetado pelas intempéries; o reforço dos apoios à criação literária, ao cinema e cineclubes e de investimento nos planos nacionais das Artes, da Leitura e do Cinema; a salvaguarda do Núcleo Documental de Partituras no Museu da Música; e o combate à precariedade e contratação de trabalhadores nos serviços da Cultura.

O PCP interveio na valorização da Cultura e das Artes, com propostas para a promoção do acesso dos jovens aos equipamentos culturais, o alargamento da gratuidade dos museus, palácios e monumentos nacionais e à Fundação de Serralves, a criação de uma biblioteca pública de partituras e a valorização da Calçada Portuguesa e da profissão de calceteiro, tendo requerido a audição parlamentar da Ministra da Cultura, Juventude e Desporto sobre os apoios às estruturas culturais no âmbito da DGARTES.

Desporto

Considerando o Desporto um meio de valorização humana e fator de desenvolvimento da personalidade e de democratização, o PCP apresentou um conjunto de medidas para o aumento do financiamento das estruturas desportivas nacionais, incluindo os centros de alto rendimento, o apoio à aquisição de veículos para promoção do desporto adaptado, o apoio aos atletas de alto rendimento, um plano nacional de formação de treinadores e a restituição do IVA do material desportivo.

No plano educativo, o PCP defendeu o financiamento direto do desporto escolar através do Orçamento do Estado e viu aprovada a garantia do direito à Educação Física no 1.º Ciclo do Ensino

Básico, ou seja, o direito a todas as crianças à educação desportiva independentemente da sua condição económica e social.

Associativismo

Face aos efeitos das intempéries do início do ano em coletividades, o PCP propôs apoios específicos ao movimento associativo popular, designadamente para a substituição, reparação e aquisição dos equipamentos danificados ou destruídos, viaturas, equipamentos desportivos de uso individual e coletivo.

Tendo em conta a importância do papel do dirigente associativo voluntário, apresentou ainda um Projeto de Lei que valoriza o seu papel e permite que não sejam prejudicados nos seus direitos laborais e sociais pelo exercício desta função.

Comunicação Social

Na área da Comunicação Social, o PCP interveio designadamente com perguntas e iniciativas em defesa dos serviços públicos de rádio e de televisão assegurados pela RTP, designadamente quanto às condições de financiamento da empresa e às condições dos trabalhadores, designadamente pelo fim da precariedade.

São de destacar também intervenções e iniciativas, incluindo com apresentação de um projeto de lei, para a gestão pública e garantias de independência e pluralismo da Agência Lusa de Notícias.

A garantia de acesso da população do interior do país a publicações periódicas motivou ainda perguntas e um requerimento para a audição do operador privado e do ministro da tutela.

Habitação, Transportes e Infraestruturas

No que respeita à Habitação, deve salientar-se os Projetos de Lei para definir o regime extraordinário de proteção da habitação própria, face ao aumento dos encargos com o crédito à habitação, e para limitar o aumento de rendas em novos contratos de arrendamento habitacional, bem como o projeto de resolução “Travar a especulação, garantir e proteger o direito à habitação”.

Na área das Infraestruturas, Transportes e Mobilidade, merecem destaque as iniciativas em torno da ferrovia, confrontando o Governo com a situação do sector, desde logo com as consequências para as populações da gestão privada em PPP com a Fertagus, mas também da anunciada entrega a privados das linhas urbanas mais rentáveis. Foi assim o caso da chamada do Governo à AR para dar explicações

sobre essa matéria, bem como do Projeto de Resolução pela resposta urgente aos graves problemas do transporte ferroviário no atual serviço da Fertagus na ligação Setúbal – Lisboa.

Refira-se ainda a iniciativa do PCP, acompanhada por outras forças políticas, que levou à AR a Apreciação Parlamentar da privatização da TAP, para além da proposta de reverter essa decisão do Governo – apresentando o Projeto de Resolução que veio a ser rejeitado pelo voto contra do PSD, CDS, CH e IL, a abstenção do PS e JPP.

Finalmente, deve ser mencionado o projeto-lei que responde às profundas injustiças do regime do TVDE – com a alteração à Lei n.º 45/2018, de 10 de agosto (Regime jurídico da atividade de transporte individual e remunerado de passageiros em veículos descaracterizados a partir de plataforma eletrónica), para além das propostas do PCP na especialidade no processo legislativo.

Agricultura e Pescas

O PCP continuou a valorizar a agricultura e as pescas como sectores essenciais à economia nacional e à própria soberania, tendo-se destacado designadamente na defesa da valorização dos viticultores da Região Demarcada do Douro, com medidas para preços justos à produção, contrariar a redução dos volumes de “benefício”, dar à prioridade à beneficiação dos mostos com aguardentes vínicas e promover o “atesto” dos stocks da Casa do Douro.

Na resposta aos efeitos dos incêndios de 2025 e das intempéries do Inverno passado, apresentou propostas para o reforço das medidas de apoio e mitigação dos danos aos milhares de agricultores e produtores florestais, especialmente para a remoção de material lenhoso atingido, reparação de instalações e a recuperação de rendimentos e do potencial produtivo.

O PCP apresentou também iniciativas com vista à intensificação de medidas do Estado de limpeza de caminhos, apoios aos proprietários e, ainda, de reforço dos meios de vigilância e prevenção de incêndios, tendo questionado o Governo sobre os atrasos da aplicação das medidas anunciadas no terreno e a falta ou atrasos nos apoios anunciados.

No defesa da soberania alimentar e de combate à especulação, destacam-se propostas para a criação de um programa plurianual, para um regime de controlo de preços sobre os produtos do cabaz alimentar essencial e pela fixação da margem de lucro da distribuição, comercialização do pescado nacional sujeito a venda em lota.

Para a valorização da atividade da pastorícia e especialmente das raças autóctones de ovelhas, o PCP apresentou uma proposta com medidas para a fileira da lã, designadamente a criação de um lavadouro.

No âmbito das pescas, destacam-se intervenções, com questionamentos ao Governo e propostas legislativas sobre o fundo de compensação salarial dos pescadores afetados pelas tempestades no mar ao longo de vários meses, privando-os de rendimento.

Destacam-se também as iniciativas para a requalificação do Porto Mar de Vila Praia de Âncora, pela preservação da atividade piscatória no Banco de Gorringe, e pela renovação automática de licenças na pesca local e artesanal.

Ambiente

No domínio do Ambiente, foram entregues várias perguntas sobre o processo de exploração de Lítio na região de Barroso e a convivência do Governo com os interesses da Savannah contra as populações, as condições de trabalho e de carreira dos inspetores da IGAMAOT, as respostas às consequências das intempéries e as medidas de combate à poluição de diversos cursos de água.

Destaca-se também um conjunto de projetos que prossegue a longa intervenção do PCP pela resolução dos problemas dos antigos trabalhadores das minas de urânio e pela recuperação e descontaminação de habitações e infraestruturas na Urgeiriça.

Sobre a gestão de resíduos, foram feitas perguntas e intervenções sobre situações de pré-ruptura de aterros em vários pontos do território nacional, designadamente em Coimbra e no Distrito de Setúbal.

Energia

O PCP destacou-se no combate à especulação e ao aumento dos preços dos combustíveis, gás e eletricidade, com a apresentação de diversos Projetos de Lei, designadamente pela fixação do preço do Gás de Botija em 20€, a manutenção e alargamento das tarifas reguladas e de um regime de controlo e fixação do preço dos combustíveis líquidos.

Salientam-se questionamentos ao Governo sobre vários processos de instalação de mega-centrais eólicas e fotovoltaicas, no quadro do modelo neoliberal de segmentação e desarticulação do Sistema Elétrico Nacional e que causam constrangimentos às populações e à preservação dos territórios.

O PCP interveio pelo esclarecimento das causas e atuação de diversas entidades envolvidas no “Apagão de 28 de abril de 2025” e distinguiu-se com interpelações, perguntas e a promoção da audição da ministra do Ambiente e da Energia sobre o negócio para fusão entre a GALP e a Moeve.

Direitos das crianças e defesa do superior interesse da criança

O superior interesse da criança é um direito, um princípio e uma regra processual consagrados no direito internacional.

Nesse âmbito, o PCP propôs alterações e reforço do funcionamento das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, quer no que diz respeito às suas condições materiais, na contratação de mais profissionais e na dotação destas estruturas da possibilidade efetiva de recurso a tradução, interpretação e a mediadores que assegurem as necessidades sentidas.

De resto, a Resolução da Assembleia da República n.º 114/2024, de 23 de dezembro, que tem origem numa proposta do PCP, recomenda ao Governo que adote medidas de reforço das Comissões, continha um conjunto de aspetos que inclui o reforço e formação de técnicos, a articulação entre os diversos serviços que detêm as respostas, designadamente estruturas de acolhimento temporário e emergência, e formas de assegurar a existência de condições para o trabalho integrado com as famílias de origem das crianças e jovens sinalizados.

Igualdade / Violência doméstica

O PCP apresentou iniciativas para que sejam acionados os mecanismos necessários para concretizar a proibição da discriminação salarial, consagrado na Constituição, desde logo com o reforço dos meios humanos, técnicos e financeiros da CITE e da ACT e com a definição de orientações claras para o combate às discriminações salariais e remuneratórias, diretas e Indiretas entre homens e mulheres, ampliando a articulação da ACT e da CITE, dando prioridade à implementação da ação inspetiva e punitiva.

Na área da violência doméstica, o PCP apresentou um conjunto de propostas ao Orçamento do Estado para 2026, desde o reforço da dotação financeira para apoio às vítimas de Violência Doméstica a medidas concretas para prevenção a par do reforço do Programa para agressores, a valorização do papel das organizações não governamentais de mulheres que lhes permita assegurar a promoção da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres. O mesmo relativamente ao reforço de uma verba para implementar um projeto de vida alternativo, acessível a todas as pessoas que queiram fugir da prostituição.

Logo no início de uma nova Legislatura, o PCP reafirmou a importância de um efetivo combate e prevenção de todas as formas de violência sobre as mulheres (violência doméstica, violência sexual, exploração na prostituição, entre outras), de onde destacamos a criação da Plataforma de prevenção e monitorização do risco, e, em matéria de habitação, o aditamento de um artigo à Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro, que visa contribuir para a segurança da mulher e dos filhos, em que a vítima que

denuncie passe a ter a prerrogativa imediata, se essa for a sua opção, de ficar na sua habitação, que seja entendida como casa de morada de família.

Justiça

Em matéria de combate à corrupção e de defesa do interesse público e da transparência foi proposta pelo PCP a proibição do recurso à arbitragem por parte do Estado em litígios que o envolvam em matéria administrativa e fiscal.

O PCP apresentou ainda uma iniciativa legislativa no sentido de determinar as condições em que o Ministério Público e os órgãos de polícia criminal definem e executam as prioridades de política criminal.

Relativamente ao funcionamento dos Tribunais, o PCP propôs o aumento do número de magistrados e procuradores e ainda de funcionários judiciais, assim como a conclusão da Revisão do Estatuto dos Funcionários Judiciais, como forma de proceder à sua valorização remuneratória e de carreira. Além disso, o PCP reiterou as propostas em sede de Orçamento do Estado para 2026 de dotar os tribunais de Assessores para coadjuvarem com os magistrados e ainda a manutenção de uma bolsa de intérpretes e tradutores para simplificar e operacionalizar os processos que envolvam cidadãos estrangeiros e necessitem de documentação traduzida apenas.

Ao mesmo tempo, foram propostas medidas de acesso ao direito, designadamente tornando o acesso ao patrocínio judiciário uma realidade e propondo a isenção ou baixa significativa das taxas custas e emolumentos que tornam a justiça cara e inacessível a muitos cidadãos.

O PCP apresentou alterações concretas ao regime da instrução constante do Código de Processo Penal para simplificar e encurtar esta fase processual com benefício para a justiça e para todos os envolvidos.

O PCP reiterou a proposta de contratação de guardas prisionais em falta nos Estabelecimentos Prisionais e a valorização das suas carreiras e revisão do respetivo Estatuto Remuneratório, assim como a criação de uma carreira de técnico de reinserção da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais

Direitos fundamentais e Imigração

A situação que se verifica no nosso país em matéria de imigração, com centenas de milhares de processos de autorização de residência ainda pendentes na Agência para a Integração, Migrações e Asilo sem obter qualquer resposta, depois da Estrutura de Missão os ter feito transitar cuidar da sua

resolução definitiva, gera desconfiança e insegurança nas instituições. E, por isso, foram apresentadas propostas no sentido do reforço dos meios humanos da AIMA, da contratação de mediadores e da conceção de um novo sistema informático capaz de operar em todo o país e com o volume de processos existentes.

Valorizámos em sede de Orçamento do Estado para 2026, a necessidade de dar todas as condições de funcionamento à Comissão para a Igualdade Contra a Discriminação Racial, dotando-a de meios financeiros, logísticos, recursos humanos e quadro de apoio técnico específico para prevenir, proibir e sancionar práticas discriminatórias em razão da pertença a determinada origem racial e étnica, cor, nacionalidade, ascendência ou território de origem. E, questionámos o Governo sobre aos procedimentos de atribuição de vistos humanitários de proteção temporária.

Administração Interna

O PCP apresentou diversas propostas com o objetivo de valorizar as condições de trabalho e remuneratórias das forças e serviços de segurança, incluindo a atribuição do suplemento de missão aos seus profissionais e a aprovação do estatuto da condição social. O PCP propôs o reforço do regime de direitos dos profissionais da GNR e de participação das respetivas associações representativas da Guarda Nacional Republicana, assim como o direito à greve dos profissionais da PSP.

Foram ainda matérias de intervenção do PCP, iniciativas como as condições de saúde e segurança no trabalho nas forças e serviços de segurança e respetiva regulamentação, o pagamento de serviços remunerados, a passagem à reserva e pré-aposentação na PSP e na GNR, a contratação de saúde para prevenir saúde mental e suicídio nas forças de segurança, a atribuição do suplemento de habitação e de deslocação dos profissionais, a diminuição da contribuição para os subsistemas da ADSE e da SAD para 2,5% e a incidência apenas de 12 meses, a aquisição de material de proteção individual e aquisição de viaturas, a verificação das condições de igualdade entre homens e mulheres nas forças de segurança e ainda, a abertura de concurso para contratação de profissionais não policiais da PSP e pessoal civil da GNR.

Apresentamos um Projeto de Lei que revê o complemento de pensão destinado ao pessoal com funções policiais da PSP, do pessoal da carreira de investigação criminal, da carreira de segurança e dos especialistas da polícia científica, com funções de inspeção e identificação judiciária da Polícia Judiciária e do pessoal do Corpo da Guarda prisional, corrigindo as injustiças no cálculo das respetivas pensões de reforma.

Ainda nesta área, o PCP recomendou que se inicie um processo de estudo e discussão com vista à criação de uma polícia nacional de natureza civil em substituição da PSP e da GNR.

Proteção Civil e Bombeiros

O serviço prestado pelos bombeiros é frequentemente enaltecido, mas não é suficientemente valorizado, razão pela qual o PCP apresentou dois projetos de lei para reforçar os direitos e regalias dos bombeiros, alterando o regime do seu estatuto social (parcialmente aprovado) e outra iniciativa que reconhece a profissão de bombeiro como de risco e desgaste rápido.

O texto aprovado dá passos importantes no sentido da valorização dos bombeiros profissionais e voluntários, garantindo dum conjunto de justas conquistas, das quais se destacam o direito a épocas especiais de exames; o reembolso das propinas e das taxas de frequência do ensino básico e secundário; a dispensa dos bombeiros do pagamento de taxas de justiça e outras taxas; entre outras. E se não se avançou mais foi porque o PS se juntou ao PSD, PS, IL e CDS para impedir um conjunto de outros avanços.

O PCP reiterou iniciativas relativas à valorização salarial para os bombeiros e agentes de proteção civil, ao reconhecimento das carreiras, designadamente de bombeiro, e de vigilante da natureza que devem ser reconhecidas e compensadas pela natureza e risco da sua missão de prevenção e combate e devem ser estabelecidos os mecanismos de apoio em caso de acidente e na aposentação. E ainda a de Bombeiro Sapador com vista a valorização da sua carreira, iniciativa que também foi aprovada.

Também o SIRESP e a sua inoperância foram alvo de acompanhamento do PCP, designadamente através da solicitação de todas as auditorias ao seu funcionamento e dificuldades de operacionalização realizadas pelo Ministério da Administração Interna, Ministério Público e Inspeção Geral de Finanças.

Poder Local

O PCP tem acompanhado o Grupo de Trabalho sobre a criação, modificação e extinção de freguesias com a aplicação do regime geral constante da Lei n.º 39/2021, de 24 de junho, criado para operacionalizar os processos recebidos na Assembleia da República.

Para responder aos efeitos das intempéries do Inverno em dezenas de municípios, o PCP apresentou um projeto de lei, rejeitado pelo PSD e pelo Chega, para facilitar o recurso ao crédito afastando o cumprimento da Lei dos Compromisso e dos Pagamentos em Atraso, para que as autarquias possam proceder à rápida recuperação dos danos.

Fiel ao compromisso de valorização do Poder Local e de concretização da regionalização, o PCP apresentou duas iniciativas legislativas: uma, com vista à criação de condições para a criação; outra,

para a instituição em concreto das regiões administrativas nos termos da Constituição. Foram rejeitadas com os votos contra do PSD, CH e CDS-PP, registando-se a abstenção do PS em relação à segunda.

Defesa Nacional

Na área da Defesa, destaca-se o agendamento do Projeto de Lei para a revisão do complemento de pensão destinado a corrigir as injustiças no cálculo das pensões de reformas dos militares e militarizados, que conduzem a processos de abate aos quadros nas Forças Armadas.

Foram apresentados projetos de lei para o reforço dos direitos associativos dos militares, o reconhecimento e valorização dos Antigos Combatentes, com a consagração do complemento vitalício de pensão e a pensão mínima de dignidade.

Em relação a militares com deficiência, foram apresentadas propostas, na discussão do Orçamento do Estado, de reforço das verbas para suprir os atrasos na atribuição de produtos de apoio e foi questionado o Ministério pelos atrasos na avaliação de processos.

No plano dos investimentos e modernização de capacidades questionou-se o Ministério sobre a forma como foi conduzida a candidatura de Portugal ao Programa SAFE e sobre a falta de envolvimento da Assembleia da República no processo.

Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

No plano internacional, devem ser sublinhadas as iniciativas do PCP em solidariedade com os povos em luta, com destaque para a solidariedade com o povo palestino e com Cuba e Venezuela, bem como a denúncia das decisões do Governo no alinhamento e submissão para com os crimes e agressões dos EUA, desde logo para com o povo iraniano.

Assim, merecem relevo os projetos de resolução: que o Governo reconheça o Estado da Palestina e que diligencie no plano das relações internacionais para lhe dar concretização nas fronteiras anteriores a 1967 e com capital em Jerusalém Oriental, e pelo cumprimento do direito de retorno dos refugiados palestinos, conforme determinado pelas resoluções da Organização das Nações Unidas; de condenação da escalada de agressão e de ameaças dos EUA contra Cuba e exigência do respeito da soberania e dos direitos do povo cubano; e de condenação da agressão militar dos EUA contra a República Bolivariana da Venezuela e do sequestro do seu Presidente, Nicolás Maduro e da sua esposa, a Deputada Cilia Flores; bem como a proposta de Inquérito Parlamentar à decisão do Governo português de se envolver na agressão militar dos EUA e Israel ao Irão, com as suas consequências.

Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira

O PCP apresentou um conjunto vasto de propostas no âmbito do Orçamento do Estado designadamente para realização de um levantamento de necessidades em matéria de Registo Civil e suprimento de necessidades nos Açores e na Madeira; de majoração dos apoios sociais por forma a compensar os custos de insularidade e ultraperiferia; sobre os sobrecustos das Instituições do Ensino Superior e a necessidade das correspondentes compensações em ambas as Regiões; sobre os mecanismos de promoção de habitação; sobre os Centros de Produção da RTP, quer nos Açores, quer na Madeira; sobre o reforço dos meios humanos na área das forças de segurança (PSP) e do corpo dos guardas prisionais.

O PCP questionou ao Governo sobre a situação laboral dos trabalhadores na Base Aérea das Lajes e sobre a reabilitação ambiental da Base, monitorização dos recursos hídricos subterrâneos e defesa da saúde pública no concelho da Praia da Vitória (na Região Autónoma dos Açores) tendo em conta os impactos no meio ambiente envolvente e sobretudo na saúde pública dos habitantes e o PCP apresentou um Projeto de Lei com vista a reposição dos valores das pensões dos ex-trabalhadores da Base das Lajes entre 2015 e 2023.

Intempéries

O PCP, desde o primeiro dia, esteve presente no terreno e procurou identificar e propor as respostas necessárias para a catástrofe com que o país se confrontou. Fizemos dezenas de perguntas ao Governo, visitas ao local, reuniões públicas e, em junho de 2026, as nossas Jornadas Parlamentares nos distritos de Leiria e Coimbra, especificamente dedicadas a esta matéria.

Logo em fevereiro identificámos e propusemos as medidas necessárias para responder à situação:

No campo dos salários, direitos dos trabalhadores e apoios aos rendimentos:

- Garantir o pagamento dos salários a 100 por cento a todos os trabalhadores; Reforço da Autoridade para as Condições de Trabalho para garantir o respeito pelos direitos dos trabalhadores; Assegurar o pagamento a quem tenha ficado sem rendimentos, designadamente aos trabalhadores independentes – de 1,5 IAS por pessoa até 3 IAS por família; Protecção social dos sócios-gerentes – apoios entre 1,5 e 3 IAS – das micro e pequenas empresas; Apoios aos rendimentos dos pequenos e médios agricultores assegurados a 100% tendo por base os rendimentos obtidos no ano anterior; Apoios aos pescadores impossibilitados durante semanas de ir ao mar; Prorrogação extraordinária de prestações sociais, designadamente do subsídio de desemprego; Apoio psicossocial às populações

atingidas; Aumento em 100 por cento do subsídio diário para os bombeiros envolvidos no socorro às populações; Roaming nacional nas comunicações.

Nos apoios à reconstrução de casas, escolas, equipamentos, infraestruturas e edifícios dos serviços públicos e entidades sem fins lucrativos:

- 20 mil euros para a recuperação de habitações (superando os 10 mil fixados pelo Governo);

Garantia de financiamento a 100% dos equipamentos públicos danificados, designadamente escolas; Apoios de 750 milhões de euros para as autarquias (superando os 250 milhões fixados pelo Governo); Transferência de 600 milhões de euros para as Infraestruturas de Portugal para a recuperação de infraestruturas de transportes – rede viária, rede ferroviária, etc – (superando os 400 milhões de euros fixados pelo Governo); Apoio à recuperação das instalações e equipamentos das instituições sem fins lucrativos – coletividades, associações de cultura, recreio e desporto, associações de bombeiros - em 50 milhões de euros; Apoios à recuperação de património cultural danificado de 50 milhões de euros (face aos 20 milhões propostos pelo Governo); Combate à especulação e açambarcamento de materiais de construção civil; Auditoria às infraestruturas críticas (rede elétrica; rede telecomunicações; abastecimento de água; etc; Caracterização e prevenção de riscos naturais e fenómenos extremos; Reforço do número de trabalhadores do Estado para assegurar a resposta imediata e estrutural que se impõe.

Nos apoios à reposição de capacidade produtiva destruída:

- 500 milhões de euros a fundo perdido para as empresas, assegurando a cobertura de 25 por cento das perdas que não estejam cobertas pelos seguros; Apoios de 15 mil euros face aos prejuízos dos pequenos agricultores e empresários, em regime simplificado (superando os 10 mil fixados pelo governo); 80 milhões de euros para a reposição da capacidade produtiva na agricultura/floresta (superando os 40 milhões fixados pelo Governo); Apoios ao sector da pesca e aquacultura; Reforço do número de trabalhadores do Estado para fazer.

O Governo ignorou e impediu este conjunto de propostas e os efeitos dessas sua ausência e insuficiência na resposta está hoje à vista, ausência e abandono por parte do Governo, falta de capacidade de resposta dos serviços públicos depauperados por décadas de fragilização e desinvestimento por parte das políticas dos governos centrais , uma floresta devastada pejada de material lenhoso por retirar, telecomunicações ainda em reposição num conjunto de locais, infraestruturas danificadas, equipamentos públicos destruídos e autarquias sem meios para os reconstruir!

No seguimento das nossas Jornadas Parlamentares em Leiria e em Coimbra, fizemos um conjunto de Perguntas ao Governo e iniciativas legislativas que desde já destacamos:

Perguntas

- [Pergunta 2133/XVII/1 - Emparcelamento agrícola no Baixo Mondego](#)
- [Pergunta 2049/XVII/1 - Sobre a situação de moradores de Eiras \(Coimbra\) e a atuação da APA após as intempéries e as inundações ocorridas no início do ano](#)
- [Pergunta 2048/XVII/1 - Requalificação da EN 110 entre Coimbra e Penacova e da EN2 em Penacova](#)
- [Pergunta 2032/XVII/1 - Atrasos dos pagamentos no âmbito do Fundo de Proteção Social do Bombeiro](#)
- [Pergunta 2022/XVII/1 - Sobre a intervenção do ICNF na desobstrução de vias de acesso no Pinhal de Leiria e na Freguesia da Moita \(Marinha Grande\) MAM](#)
- [Pergunta 2021/XVII/1 Sobre a intervenção do ICNF na desobstrução de vias de acesso no Pinhal de Leiria e na Freguesia da Moita \(Marinha Grande\) MAE](#)
- [Pergunta 2020/XVII/1 - Sobre a atuação das seguradoras perante um micro empresário da restauração afetado pela tempestade Kristin e as linhas de crédito do Banco Português de Fomento MECT](#)
- [Pergunta 2019/XVII/1 - Sobre a atuação das seguradoras perante um micro empresário da restauração afetado pela tempestade Kristin e as linhas de crédito do Banco Português de Fomento MEF](#)
- [Pergunta 2018/XVII/1 - Sobre o acesso às praias de Vieira de Leiria, a intervenção da APA e os custos assumidos pelo Município da Marinha Grande MECT](#)
- [Pergunta 2017/XVII/1 - Sobre o acesso às praias de Vieira de Leiria, a intervenção da APA e os custos assumidos pelo Município da Marinha Grande MAE](#)
- [Requerimento 30-EI/XVII/1 Solicitação de informações sobre a atuação das seguradoras no âmbito dos estragos provados pelas intempéries](#)

Iniciativas

- [Projeto de Resolução 1121/XVII/1 Apoios às empresas e explorações agrícolas afetadas pelas intempéries em 2026](#)
- [Projeto de Resolução 1120/XVII/1 Medidas urgentes para abertura de caminhos, limpeza segura, reforço de vigilância e prevenção de incêndios na Mata Nacional de Leiria e em outras zonas atingidas pelas tempestades na região centro](#)

- [Projeto de Resolução 1107/XVII/1 Recomenda ao Governo a adoção de medidas excecionais para concluir a apreciação das candidaturas aos apoios na sequência das tempestades do último inverno](#)
- [Projeto de Resolução 1106/XVII/1 Apoios específicos ao movimento associativo popular, associações de bombeiros e instituições de solidariedade social](#)
- [Projeto de Resolução 1078/XVII/1 Plano Nacional Extraordinário de Mitigação de Riscos, Proteção e Salvaguarda do Património Cultural afetado pelas intempéries de 2026](#)

2. Debates Temáticos / Agendamentos Potestativos / Interpelações ao Governo

- **Debate de Urgência (17/06/26) – [Sobre os exames nacionais](#)**

Intervenção de Paula Santos - [O Governo transformou os estudantes em cobaias e os professores em bodes expiatórios](#)

Intervenção de Paula Santos - [O futuro dos estudantes não pode ser vítima do caos do Governo](#)

Intervenção de Paula Santos - [O Ministro da Educação foge às respostas que o País exige](#)

- **Agendamento Potestativo (24/06/26) - [PCP leva a Regionalização ao debate na Assembleia da República](#)**

Intervenção de Paulo Raimundo - [É tempo de voltar a falar a sério e com responsabilidade da regionalização](#)

Intervenção de Paulo Raimundo - [Passados 30 anos já não há nada nas mãos do Estado e a regionalização é ainda mais necessária](#)

Intervenção de Paulo Raimundo - [A regionalização eleita pelo povo é o que falta concretizar do poder local democrático](#)

Intervenção de Alfredo Maia - [Porque é que o PS não diz de uma vez por todas que desistiu da regionalização?](#)

Intervenção de Paula Santos - [Em nome das populações, da equidade do país e da democracia, o PCP não desiste da regionalização](#)

Projeto de Resolução N.º 842/XVII/1.ª - [Aprova um programa de trabalho e um calendário de ações com vista à criação e instituição em concreto das regiões administrativas](#)

Projeto de Lei N.º 567/XVII/1.ª - [Lei-Quadro das Regiões Administrativas](#)

- **Interpelação ao Governo (28/05/26) - [As condições de vida dos trabalhadores: pacote laboral, salários e direitos](#)**

Intervenção de Paulo Raimundo - [Pacote laboral: «Queriam os trabalhadores distraídos, queriam, mas não têm»](#)

Intervenção de Paulo Raimundo - [PCP desmonta hipocrisia da direita sobre direitos dos trabalhadores](#)

Intervenção de Paula Santos - [O Pacote Laboral condena os jovens à precariedade, pobreza e emigração](#)

Intervenção de Alfredo Maia - [O Pacote Laboral agrava o “roubo de vida” aos trabalhadores e às famílias](#)

Intervenção de Paula Santos - [Pacote Laboral: Governo quer travar a luta e os direitos dos trabalhadores](#)

Intervenção de Alfredo Maia - [Banco de horas é roubo de salário para aumentar os lucros do grande patronato](#)

Intervenção de Paula Santos - [É agora o tempo para derrotar o pacote laboral](#)

- **Debate de atualidade (15/05/26) – [Portugal, a soberania nacional, a resposta à crise e a defesa da paz](#)**

Intervenção de Paulo Raimundo - [A vossa guerra serve a indústria do armamento, os lucros da GALP, SONAE, Jerónimo Martins e a banca, mas não os povos](#)

Intervenção de Paulo Raimundo - [Portugal não é uma província da UE nem um apêndice dos EUA e da NATO](#)

Intervenção de Paula Santos - [Quantos mais crimes terá Israel de cometer para que se acabe com o acordo de cooperação UE/Israel?](#)

Intervenção de Alfredo Maia - [A juventude, portuguesa e Europeia, está a ser atrelada a guerras de agressão a outros povos que o nosso Governo apoia](#)

Intervenção de Paula Santos - [PCP propõe comissão de inquérito para apurar responsabilidades no apoio às agressões dos EUA e Israel](#)

- **Interpelação ao Governo (25/03/26) – [As medidas a tomar para combater a escalada de preços em consequência da guerra no Médio Oriente nas condições de vida das populações em Portugal](#)**

Intervenção de Paulo Raimundo - [O Governo está mais interessado em proteger os lucros do que proteger a vida das pessoas](#)

Intervenção de Paulo Raimundo - [Dão a volta ao mundo para não tocar nos lucros, não querem saber dos portugueses para nada](#)

Intervenção de Paulo Raimundo - [Nós não temos nada contra o lucro, a questão é que não é distribuído de forma justa por quem o cria](#)

Intervenção de Paula Santos - [Não pode ser novamente o povo a pagar a fatura da guerra e os lucros intocáveis](#)

Intervenção de Alfredo Maia - [Não se ria, senhora Secretária de Estado — parece que não vai às compras](#)

Intervenção de Paula Santos - [O Governo continua alheado das dificuldades das pessoas e não toma medidas para as resolver](#)

Intervenção de Paula Santos - [Neste debate ficou claro: não é a vida das pessoas que vos importa](#)

3. Comissões Eventuais e de Inquérito

Comissão Parlamentar de Inquérito ao Instituto Nacional de Emergência Médica, I.P.

[Consultar trabalhos](#)

Comissão Parlamentar de Inquérito aos Negócios dos Incêndios Rurais

[Consultar trabalhos](#)

Comissão Eventual para a Resiliência Nacional, Prevenção de Catástrofes Naturais e Acompanhamento do Portugal Transformação, Recuperação e Resiliência (PTRR)

[Consultar trabalhos](#)

4. Debates com Primeiro-Ministro e Governo sobre Política Geral e Sectorial

Data	Debate	Tema
05/12/25	Debate com PM	Os trabalhadores não são números e não são peças, são quem produz a riqueza e devem ser valorizados
24/09/25	Debate com PM	Quantos problemas ficam por resolver com os 2 mil milhões transferidos para os grandes grupos económicos?
08/01/26	Debate com PM	O que mais é preciso acontecer para compreender que o desmantelamento do SNS põe em causa a saúde das populações?
21/01/26	Debate com PM	Montenegro não se posiciona sobre as presidenciais para garantir apoio alternado do Chega e do PS
19/02/26	Debate com PM	Estado sem capacidade de resposta e Governo teima em destruir as infraestruturas e serviços públicos
27/02/26	Debate setorial com o Ministro Adj da Reforma do Estado	O Governo não pode continuar a reduzir o Estado ao osso
04/03/26	Debate com PM	Paulo Raimundo debate com Primeiro-Ministro
18/03/26	Debate com PM	Ser forte com os fracos e fraco com os poderosos não é sinal de coragem, é cobardia
01/04/26	Ministro da Educação, Ciência e Inovação	Para o Governo a educação não é um direito mas sim um privilégio que não deve estar ao alcance de todos
		Há milhares de alunos que continuam sem aulas, o problema não se resolve com remendos
15/04/26	Debate com PM	Sr. Primeiro-Ministro, venha visitar a realidade e deixe-se de propagandas
24/04/26	Debate Setorial com Ministra do Ambiente e Energia	O Governo não fez qualquer avaliação do impacto ambiental dos painéis fotovoltaicos em áreas protegidas
		É um crime para a soberania nacional a refinaria de Sines passar para uma multinacional estrangeira
		Quando vai o Governo fixar o preço da botija do gás em 20 Euros?
29/04/26	Debate com PM	As pessoas esperam e desesperam e o seu Governo responde com propaganda e recauchutados anúncios
22/05/26	Ministro da Economia e da Coesão Territorial	As populações e os pequenos empresários não precisam de conversa, precisam de apoios depois das tempestades
27/05/26	Debate com PM	Dizer que a vida dos portugueses está melhor é ofensivo para todos os que enfrentam o custo de vida
		1% dos que têm 25% da riqueza estão com o pacote laboral Para eles os trabalhadores são descartáveis
17/06/26	Debate com PM	Não há outra opção: ou se chumba já o Pacote Laboral ou se deixa passar

19/06/26 Debate Setorial
com Ministro da
Agricultura e do [Faltam apoios, faltam meios, falta acção: PCP confronta Ministro da](#)
Mar [Agricultura](#)

5. Declarações Políticas

Data	Deputado	Tema
02/07/2025	Paula Santos	A habitação foi transformada numa mercadoria e o direito num negócio
15/10/2025	Alfredo Maia	Este pacote laboral só tem um destino possível: o caixote do lixo
03/12/2025	Alfredo Maia	As propostas do Pacote Laboral cheiram a ideias bafientas contra os direitos dos trabalhadores
29/01/2026	Paula Santos	Privatização da ferrovia: Governo PSD/CDS quer destruir a CP para favorecer os privados
02/04/2026	Paulo Raimundo	Sessão comemorativa do 50.º aniversário da Constituição da República - A Constituição está do nosso lado e ao serviço das nossas vidas
25/04/2026	Alfredo Maia	Sessão Solene do 25 de Abril - Abril foi e é justiça, liberdade, democracia e paz, salários, respeito por quem trabalha e produz a riqueza
06/05/2026	Paula Santos	Não há remendo para uma proposta que aumenta a exploração
03/06/2026	Paula Santos	Os trabalhadores demonstraram hoje que é possível derrotar o pacote laboral
26/06/26	Alfredo Maia	Sessão comemorativa dos 50 anos da Autonomia Regional - Após 50 anos de Autonomia das Regiões Autónomas, ainda estão por explorar diversas capacidades

6. Debate do Programa do Governo

[Discussão do Programa do XXV Governo Constitucional \(17/06/25\)](#)

Moção de [Rejeição do Programa do XXV Governo Constitucional](#)

Intervenção de Paulo Raimundo - [O programa do governo cheira a troika, a troika que o povo já rejeitou e derrotou!](#)

Intervenção de Paula Santos - [Os grupos económicos determinam e o Governo obedece](#)

Intervenção de Alfredo Maia - [Este Programa do Governo não serve!](#)

Intervenção de Alfredo Maia - [O programa do PSD inspira-se ideologicamente em centenas de anos de exploração](#)

Intervenção de Paula Santos - [Escândalo do Novo Banco: o povo pagou, os americanos lucraram e os franceses ficaram com o banco](#)

Intervenção de Paula Santos - [Dizem-se preocupados com a imigração mas vendem a nacionalidade com Vistos Gold](#)

Intervenção de Paula Santos - [Querem falar de reforma do Estado? Vão reabrir os serviços públicos que andaram a fechar de norte a sul?](#)

Intervenção de Paula Santos - [O Governo quer as PME subjugadas aos grupos económicos e multinacionais](#)

Intervenção de Paulo Raimundo - [Está claro: Chega, IL e PS são o trio que suporta a política do governo que cheira a troika](#)

7. Debate do Estado da Nação

Debate do estado da Nação (16/07/25)

Intervenção de Paulo Raimundo - [um País pior, ainda mais injusto, desigual e dependente, eis o estado da nação.](#)

Intervenção de Paula Santos - [O Governo reprovou no exame](#)

8. Orçamento do Estado

[Debate do Orçamento do Estado para 2026](#)

Página do OE2025 - <https://www.parlamento.pt/sites/COM/XVIILeg/5COFAP/Paginas/OE2026.aspx>

Debate na Generalidade

<https://www.pcp.pt/oe2026-apreciacao-generalidade>

Intervenção de Paulo Raimundo no encerrando do debate na Generalidade do Orçamento do Estado de 2026 - [O Orçamento e a política deste Governo têm de ser derrotados](#)

Intervenção de Paula Santos - [Governo escolhe os lucros dos grupos económicos à custa de quem trabalha e dos serviços públicos](#)

Intervenção de Alfredo Maia - [A fusão do ICNF com a APA vai afastar ainda mais este organismo das áreas protegidas e populações](#)

Intervenção de Alfredo Maia - [Governo fala em Orçamento equilibrado, mas desequilibra a vida de trabalhadores e reformados](#)

Intervenção de Alfredo Maia - [Onde está a justiça fiscal quando baixam impostos à banca e não aos bens essenciais?](#)

Intervenção de Paula Santos - [A obsessão pelos excedentes de hoje são os défices de amanhã](#)

Intervenção de Alfredo Maia - [A charada da renda moderada de 2300 €. Afinal de quantas famílias está a falar?](#)

Intervenção de Paula Santos - [Faltam trabalhadores na Administração Pública e o Governo quer congelar as contratações em 2026](#)

Intervenção de Paulo Raimundo - [O Orçamento do Estado é mau pelo que contém e por ser um instrumento de uma política desastrosa para quem cá vive e trabalha](#)

Intervenção de Paula Santos - [Audição do Ministro das Finanças na apreciação, na generalidade, do Orçamento do Estado 2026](#)

Intervenção de Alfredo Maia - [Audição da Ministra do Trabalho na apreciação na generalidade do Orçamento do Estado para 2026](#)

Debate na Especialidade

<https://www.pcp.pt/oe2026/audicoes-apreciacao-especialidade>

[Orçamento do Estado 2026](#)

[PCP questiona Ministro da Educação, Ciência e Inovação](#)

[PCP questiona Ministro da Presidência](#)

[Audição da Associação Nacional de Freguesias](#)

[PCP questiona Ministro da Economia e da Coesão Territorial](#)

[PCP questiona Ministro das Infraestruturas, Mobilidade e Habitação](#)

[PCP questiona Ministra da Saúde](#)

[PCP questiona Ministro da Reforma do Estado](#)

[PCP questiona Ministro da Agricultura e Mar](#)

[PCP questiona Ministra da Cultura, Juventude e Desporto](#)

[PCP questiona Ministra da Cultura, Juventude e Desporto](#)

[PCP questiona Ministra do Ambiente e Energia](#)

[Audição da Associação Sindical dos Profissionais da Polícia](#)

[PCP questiona Ministro da Defesa](#)

[PCP questiona Ministra da Justiça](#)

[PCP questiona o Ministro dos Negócios Estrangeiros](#)

[PCP questiona Ministra da Administração Interna](#)

[PCP questiona a Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social](#)

[PCP questiona Ministro das Finanças](#)

Propostas de alteração

Propostas de alteração apresentadas pelo PCP - [consultar](#)

Discussão e votação final global

<https://www.pcp.pt/oe2026/discussao-especialidade>

Intervenção de Paulo Raimundo - [Um orçamento às ordens de Bruxelas, dos grupos económicos e das multinacionais](#)

Intervenção de Alfredo Maia - [Chumbam a abolição das portagens no Grande Porto e agora ameaçam portajar a VCI](#)

Intervenção de Paula Santos - [O PCP apresentou propostas para eliminar portagens e garantir o direito à mobilidade](#)

Intervenção de Paula Santos - [Como é que é possível a situação do Tribunal Constitucional ter chegado a este ponto?](#)

Intervenção de Paula Santos - [PCP apresentou propostas que faziam a diferença, mas PSD, Chega, PS, IL e CDS recusaram](#)

Intervenção de Paula Santos - [Proposta para reconhecimento da profissão de Bombeiro como de risco e desgaste rápido](#)

Intervenção de Paula Santos - [Por que PSD e CDS não procuram garantir ao Tribunal Constitucional os meios necessários para o seu funcionamento](#)

Intervenção de Paula Santos - [Pequenos aumentos hoje, grandes obstáculos amanhã: eliminar as propinas é a solução](#)

Intervenção de Paula Santos - [Ensino superior para todos exige financiamento público, não mais despesa para estudantes e famílias](#)

Intervenção de Alfredo Maia - [Parlamento tem nova oportunidade para garantir lugar em creche a todas as crianças](#)

Intervenção de Paula Santos - [Propostas para garantir o direito à habitação](#)

Intervenção de Alfredo Maia - [Proposta para fixar o preço máximo do gás engarrafado em 20 euros](#)

Intervenção de Paula Santos - [Propostas para garantir medicamentos gratuitos a quem mais precisa](#)

Intervenção de Paula Santos - [Propostas no IRC para reforçar o direito à educação e ao ensino](#)

Intervenção de Alfredo Maia - [Propostas no IRC para a defesa da floresta](#)

Intervenção de Paula Santos - [Apresentamos propostas de mais investimento, financiadas por uma verdadeira justiça fiscal](#)

Intervenção de Paula Santos - [Governo falha financiamento da requalificação escolar e deixa escolas sem condições dignas](#)

Intervenção de Alfredo Maia - [Um IVA mais justo de 6% para alimentos, energias e telecomunicações e isenção nos produtos petrolíferos](#)

Intervenção de Alfredo Maia - [Para os pensionistas há tostões, para os grandes grupos económicos há milhões](#)

Intervenção de Alfredo Maia - [Irresponsabilidade é não aumentar as pensões de quem trabalhou uma vida inteira](#)

Intervenção de Alfredo Maia - [A valorização das pensões não se fazem com medidas paliativas mas sim com o verdadeiro aumento](#)

Intervenção de Alfredo Maia - [Propostas no IRC para um justiça fiscal](#)

Intervenção de Alfredo Maia - [Propostas no IRS para um justiça fiscal](#)

Intervenção de Alfredo Maia - [Propostas para valorizar as pensões e reformas](#)

Intervenção de Paula Santos - [PCP exige apoio a 100% para pais de crianças com deficiência, doença crónica e oncológica](#)

Intervenção de Paula Santos - [Propostas para os profissionais das forças e serviços de segurança](#)

Intervenção de Paula Santos - [Propostas para a fixação de profissionais de saúde no SNS](#)

Intervenção de Paula Santos - [Propostas para valorizar os trabalhadores da Educação e da Ciência](#)

Intervenção de Alfredo Maia - [Propostas para valorizar o poder de compra dos trabalhadores da Administração Pública](#)

Intervenção de Alfredo Maia - [Este Orçamento é do Governo, do PSD/CDS e será também do Chega, da IL e do deixar-passar do PS, mas não é o que o País precisa](#)

9. Jornadas Parlamentares

Jornadas Parlamentares do PCP «Direitos, produção, desenvolvimento»

Viana do Castelo, 16 e 17 de março de 2026

Intervenção de abertura das Jornadas, Paula Santos, Presidente do Grupo Parlamentar do PCP - [consultar](#)

Intervenção de abertura das Jornadas, Paulo Raimundo, Secretário-Geral do PCP - [consultar](#)

Apresentação das conclusões das Jornadas, Paula Santos - [consultar](#)

Jornadas Parlamentares do PCP «As intempéries e a resposta necessária»

Leiria e Coimbra, 14, 15 e 16 de junho de 2026

[Consultar trabalhos](#)

Intervenção de abertura das Jornadas, Paula Santos, Presidente do Grupo Parlamentar do PCP - [consultar](#)

Apresentação das conclusões das Jornadas, Paulo Raimundo, Secretário-Geral do PCP - [consultar](#)

10. Projetos de Lei

Tipo	Nº	Título	Área
Pjl	289	Cria o suplemento especial de serviço por funções operacionais na Unidade Nacional de Estrangeiros e Fronteiras da PSP e procede à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 243/2015, de 19 de outubro	Administração Interna
Pjl	288	Revê o complemento de pensão destinado ao pessoal com funções policiais da PSP, do pessoal da carreira de investigação criminal, da carreira de segurança e dos especialistas de polícia científica, com funções de inspeção e identificação judiciária da PJ e do pessoal do CGP, corrigindo injustiças no cálculo das respetivas pensões de reforma (3.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 4/2017, de 6 de janeiro)	Administração Interna
Pjl	721	Regula a prestação de trabalho suplementar na Polícia de Segurança Pública (Sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 243/2015, de 19 de outubro - Estatuto profissional do pessoal com funções policiais da Polícia de Segurança Pública)	Administração Interna
Pjl	720	Gestão democrática do Sistema de Assistência na Doença da GNR e PSP (Sexta alteração ao Decreto-lei n.º 158/2005, de 20 de setembro)	Administração Interna
Pjl	719	Estatuto do Formador da Polícia de Segurança Pública	Administração Interna
Pjl	594	Aprova o estatuto da condição policial	Administração Interna
Pjl	591	Consagra o direito à greve dos profissionais da PSP (2.ª alteração à Lei n.º 14/2002, de 19 de fevereiro)	Administração Interna
Pjl	172	Reforça os direitos e regalias dos bombeiros, procedendo à oitava alteração ao Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de junho, que define o regime jurídico aplicável aos bombeiros portugueses no território nacional e à quarta alteração à Lei n.º 94/2015, de 13 de agosto, que define as regras do financiamento das associações humanitárias de bombeiros	Administração Interna
Pjl	171	Reforça medidas urgentes de apoio às vítimas dos incêndios (Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 98-A/2025, de 24 de agosto)	Administração Interna
Pjl	136	Condições de Saúde e Segurança no Trabalho nas Forças e Serviços de Segurança	Administração Interna
Pjl	133	Reconhece a profissão de bombeiro como de risco e desgaste rápido (oitava alteração ao Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de junho, e terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 106/2002, de 13 de abril)	Administração Interna
Pjl	657	Estabelece os termos e as condições de integração dos trabalhadores contratados ao abrigo do PRR ou de outros programas operacionais na Administração Pública	Administração Pública
Pjl	476	Determina as condições em que o Ministério Público e os órgãos de polícia criminal definem e executam as prioridades e orientações correspondentes aos objetivos da política criminal	Administração Pública
Pjl	333	Alteração ao Estatuto dos Funcionários Parlamentares, aprovado em anexo à Lei n.º 23/2011, de 20 de maio, e à Lei de Organização e Funcionamento da Assembleia da República, aprovada pela Lei n.º 77/88, de 1 de julho	Administração Pública
Pjl	561	Fixa a margem de lucro da distribuição e comercialização do pescado nacional sujeito a venda em lota	Agricultura e Pescas
Pjl	554	Cria o programa plurianual para a soberania alimentar nacional	Agricultura e Pescas
Pjl	406	Cria o Programa de Acompanhamento Permanente da Contaminação Radioativa das instalações habitacionais da Urgeirica	Ambiente
Pjl	685	Limita a acumulação de subvenções e elimina regimes especiais de aposentação dos titulares de cargos políticos e equiparados	Assuntos Constitucionais
Pjl	604	Aprova o modelo societário e os estatutos da Lusa - Agência de Notícias de Portugal, como Entidade Pública Empresarial, E.P.E.	Comunicação Social

Pjl	407	Cria o Memorial das Vítimas da Radioatividade e o Centro Interpretativo da área mineira da Urgeira	Cultura
Pjl	115	Altera Decreto-Lei n.º 63/85, de 14 de março, que aprovou o Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos	Cultura
Pjl	593	Reforça o regime de direitos dos profissionais da Polícia Marítima e de participação das respetivas associações representativas (Primeira alteração à Lei n.º 53/98, de 18 de agosto e à Lei n.º 9/2008, de 19 de fevereiro)	Defesa
Pjl	592	Reforça o regime de direitos dos profissionais da Guarda Nacional Republicana e de participação das respetivas associações representativas (Primeira alteração à Lei n.º 39/2004, de 18 de agosto, terceira alteração à Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro e primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 233/2008, de 2 de dezembro que regulamenta o exercício do direito de associação pelos profissionais da GNR)	Defesa
Pjl	287	Revê o complemento de pensão destinado ao pessoal militar e militarizado, corrigindo injustiças no cálculo das respetivas pensões de reforma (1.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 3/2017, de 6 de janeiro)	Defesa
Pjl	235	Consagra o complemento vitalício de pensão e a pensão mínima de dignidade para os antigos combatentes	Defesa
Pjl	145	Reforça os direitos associativos dos militares das Forças Armadas (primeira alteração à Lei Orgânica n.º 3/2001, de 29 de agosto; primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 295/2007, de 22 de agosto; terceira alteração à Lei Orgânica n.º 1-B/2009, de 7 de julho e primeira alteração à Lei Orgânica n.º 2/2009, de 22 de julho)	Defesa
Pjl	538	Estabelece o regime de apoio aos dirigentes associativos voluntários na prossecução das suas atividades de carácter associativo (primeira alteração à Lei n.º 20/2004, de 5 de junho)	Desporto e Associativismo
Pjl	641	Reforça as medidas de proteção do superior interesse da criança (Nona alteração à Lei n.º 147/99, de 1 de setembro)	Direitos, Liberdades e Garantias
Pjl	27	Reforça as medidas de proteção das vítimas de violência doméstica (10.ª alteração à Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro)	Direitos, Liberdades e Garantias
Pjl	513	Regime de Controlo de Preços sobre os Produtos do Cabaz Alimentar Essencial	Economia
Pjl	488	Aprova medidas de apoio à recuperação do potencial produtivo face aos impactos de tempestades e fenómenos meteorológicos extremos ocorridos no território nacional	Economia
Pjl	487	Medidas de apoio aos rendimentos pelos impactos das tempestades	Economia
Pjl	44	Regulação dos horários de funcionamento das unidades de comércio e distribuição: encerramento do comércio aos domingos e feriados e limitação do período de funcionamento até às 22h	Economia
Pjl	629	Aprova medidas para efetivar o direito a todos os docentes ao posicionamento no escalão remuneratório que corresponda ao tempo de serviço efetivamente prestado	Educação e Ciência
Pjl	284	Eliminação das propinas, taxas e emolumentos no Ensino Superior Público	Educação e Ciência
Pjl	283	Medidas de apoio aos estudantes no ensino superior no âmbito da Ação Social Escolar	Educação e Ciência
Pjl	257	Plano estratégico de investimento na educação inclusiva e ensino artístico, atualizando modelo de financiamento dos contratos de patrocínio e contratos de cooperação	Educação e Ciência
Pjl	256	Gestão democrática dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário	Educação e Ciência
Pjl	252	Revoga o regime fundacional e estabelece um modelo de gestão democrática das instituições públicas de ensino superior (3.ª alteração à Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, que estabelece o regime jurídico das instituições do ensino superior)	Educação e Ciência

Pjl	143	Alargamento da rede pública de Educação Pré-Escolar	Educação e Ciência
Pjl	122	Integração na Carreira de Investigação Científica	Educação e Ciência
Pjl	515	Estabelece um sistema de preços máximos para o gás de garrafa e o gás canalizado	Energia
Pjl	514	Fixa um Preço de Referência para combater a especulação e reduzir os preços dos combustíveis e do GPL	Energia
Pjl	512	Simplifica o acesso às tarifas reguladas de eletricidade e gás natural e determina a sua continuidade e a criação da tarifa regulada de Gás de Petróleo Liquefeito (GPL) engarrafado ou canalizado de uso doméstico	Energia
Pjl	22	Controla e fixa os preços do “gás de botija” (gases de petróleo liquefeito engarrafado)	Energia
Pjl	511	Regime extraordinário de proteção da habitação própria face ao aumento dos encargos com o crédito à habitação	Habitação
Pjl	3	Limitação ao aumento de rendas em novos contratos de arrendamento habitacional	Habitação
Pjl	590	Proíbe o Estado de recorrer à arbitragem para resolução de litígios em matéria administrativa e fiscal	Justiça
Pjl	508	Aplica a Lei da Concorrência aos Processos Pendentes	Justiça
Pjl	423	Densificação das condições para a suspensão provisória dos processos relativos à violência doméstica, altera o Código de Processo Penal, a Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro, e o Estatuto da Vítima, aprovado em anexo à Lei n.º 130/2015, de 4 de setembro	Justiça
Pjl	422	Altera o regime da instrução constante do Código de Processo Penal aprovado pelo Decreto-Lei n.º 78/87, de 17 de fevereiro	Justiça
Pjl	421	Extinção de custas processuais (20.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 34/2008, de 26 de fevereiro)	Justiça
Pjl	506	Primeira alteração à Lei n.º 45/2018, de 10 de agosto (Regime jurídico da atividade de transporte individual e remunerado de passageiros em veículos descaracterizados a partir de plataforma eletrónica)	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjl	234	Determina o fim dos voos noturnos nos aeroportos nacionais	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjl	34	Elimina as taxas de portagem em todas as autoestradas ex-SCUT	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjl	73	Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	Orçamento e finanças
Pjl	24	Repõe a taxa reduzida de IVA à eletricidade (Altera o Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26 de dezembro)	Orçamento e finanças
Pjl	23	Repõe a taxa reduzida de IVA ao gás natural e alarga-a ao gás de botija e canalizado (Altera o Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26 de dezembro)	Orçamento e finanças
Pjl	21	Aplica a taxa reduzida de IVA às telecomunicações (Altera o Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26 de dezembro)	Orçamento e finanças
Pjl	568	Aprova medidas excecionais de apoio aos municípios afetados pelas tempestades ocorridas em território nacional	Poder Local e Ordenamento do Território

Pjl	567	Lei-Quadro das Regiões Administrativas	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjl	95	Defesa dos direitos dos residentes das Regiões Autónomas no acesso ao Subsídio Social de Mobilidade (Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 37-A/2025, de 24 de março que define um novo modelo para a atribuição de um subsídio social de mobilidade no âmbito dos serviços aéreos entre o continente e as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira e entre estas regiões)	Regiões autónomas
Pjl	530	Elimina as urgências regionais (Revoga o Decreto-Lei n.º 2/2026, de 14 de janeiro que estabelece um modelo organizativo que prevê o funcionamento centralizado dos serviços de urgência externa do Serviço Nacional de Saúde, de âmbito regional)	Saúde
Pjl	430	Direito à dispensa ao trabalho no dia da dádiva de sangue, alterando o Estatuto do Dador de Sangue	Saúde
Pjl	323	Agilização na emissão ou renovação, prorrogação da vigência e gratuidade dos atestados multituos	Saúde
Pjl	210	Integração do Internato Médico na Carreira Especial Médica e na Carreira Médica	Saúde
Pjl	209	Consagra a gestão democrática no Serviço Nacional de Saúde	Saúde
Pjl	208	Procede à eliminação do modelo C para as Unidades de Saúde Familiar (alteração ao Decreto-Lei nº 103/2023, de 7 de novembro)	Saúde
Pjl	140	Garante o acesso gratuito ao medicamento a utentes com mais de 65 anos, doentes crónicos e utentes com carência económica	Saúde
Pjl	2	Valorização dos profissionais de Saúde	Saúde
Pjl	686	Valoriza o trabalho e as carreiras contributivas, fixa o direito à reforma com 40 anos de descontos sem penalizações, repõe a idade legal de reforma aos 65 anos, revoga o fator de sustentabilidade e propõe a revisão dos regimes especiais de antecipação da idade de acesso à pensão de velhice	Segurança social
Pjl	661	Valorização e universalidade do abono de família e valorização do abono pré-natal	Segurança social
Pjl	491	Reforça os direitos das Amas integradas no Instituto de Segurança Social, I.P. e altera o Decreto-lei n.º 125/2015, de 22 de junho	Segurança social
Pjl	464	Aumenta o montante do subsídio de funeral em caso de morte de menor de 18 anos ou de pessoas com deficiência, alterando o Decreto-lei n.º 176/2003, de 2 de agosto	Segurança social
Pjl	413	Plano de intervenção para responder às necessidades das populações e do País na sequência dos impactos das tempestades	Segurança social
Pjl	405	Cria o Regime Jurídico do Direito de Compensação aos familiares dos ex-trabalhadores das minas de urânio (1.ª alteração à Lei n.º 10/2016, de 4 de abril)	Segurança social
Pjl	321	Cria o Programa Plurianual de Acessibilidades	Segurança social
Pjl	292	Valoriza as longas carreiras contributivas, garantindo a antecipação da pensão sem penalizações aos beneficiários que completem 40 anos de descontos e revoga o fator de sustentabilidade	Segurança social
Pjl	291	Melhora o regime de antecipação da idade de pensão de velhice por deficiência (1.ª alteração à Lei n.º 5/2022, de 7 de janeiro)	Segurança social
Pjl	290	Alarga as condições de acesso das pessoas com deficiência à Prestação Social para Inclusão e altera o momento a partir do qual esta prestação é devida aos beneficiários (5.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 126-A/2017, de 6 de outubro)	Segurança social
Pjl	251	Carta dos direitos fundamentais dos reformados, pensionistas e idosos	Segurança social
Pjl	239	Alarga o número de escalões de pensões mínimas e aumenta a percentagem de indexação ao IAS	Segurança social
Pjl	238	Repõe a idade legal de reforma aos 65 anos, revoga o fator de sustentabilidade e propõe a revisão dos regimes especiais de antecipação da idade de acesso à pensão de velhice	Segurança social
Pjl	237	Eliminação de penalizações aos trabalhadores que já tenham acedido à pensão antecipada	Segurança social

Pjl	186	Reforço dos Direitos de Maternidade e de Paternidade	Segurança social
Pjl	183	Reforça o pagamento do subsídio de doença para as situações de tuberculose e das doenças crónicas, incluindo a doença oncológica procedendo à oitava alteração ao Decreto-lei n.º 28/2004, de 4 de fevereiro	Segurança social
Pjl	142	Criação de uma rede pública de creches	Segurança social
Pjl	135	Reposição dos valores das penalizações das pensões dos ex-trabalhadores da Base das Lajes entre 2015 e 2023 (Alteração à Lei n.º 32/96, de 16 de agosto)	Segurança social
Pjl	62	Cria uma Rede Pública de Equipamentos e Serviços de Apoio aos Idosos	Segurança social
Pjl	227	Repõe os valores de pagamento do trabalho suplementar, para todos os trabalhadores (21.ª alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho e da 19.ª alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas)	Trabalho
Pjl	226	Repõe montantes e regras de cálculo nas compensações por cessação do contrato de trabalho	Trabalho
Pjl	225	Altera o regime do despedimento coletivo e do despedimento por extinção do posto de trabalho e revoga o despedimento por inadaptação, para reforçar a proteção dos trabalhadores (21.ª alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro que aprova o Código do Trabalho)	Trabalho
Pjl	188	Cria o subsídio de alimentação no setor privado	Trabalho
Pjl	185	Reforço de direitos e condições de acompanhamento a filho com doença crónica, oncológica ou resultante de acidente	Trabalho
Pjl	184	Promove a articulação da vida profissional com a vida pessoal e familiar e melhora o regime dos horários e tempos de trabalho dos pais trabalhadores com filhos menores, com deficiência, doença crónica ou oncológica	Trabalho
Pjl	147	Consagra o direito a um mínimo de 25 dias de férias anuais para todos os trabalhadores	Trabalho
Pjl	12	Reforça os direitos dos trabalhadores no regime de trabalho noturno e por turnos	Trabalho
Pjl	11	Revoga o regime de caducidade da contratação coletiva	Trabalho
Pjl	10	Repõe o princípio do tratamento mais favorável do trabalhador (alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro)	Trabalho
Pjl	9	Reduz para 35 horas o limite máximo do horário semanal de trabalho para todos os trabalhadores (Alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho)	Trabalho

11. Projetos de Resolução

Tipo	Nº	Título	Área
Pjr	1120	Medidas urgentes para abertura de caminhos, limpeza segura, reforço de vigilância e prevenção de incêndios na Mata Nacional de Leiria e em outras zonas atingidas pelas tempestades na região centro	Administração Interna
Pjr	1107	Recomenda ao Governo a adoção de medidas excecionais para concluir a apreciação das candidaturas aos apoios na sequência das tempestades do último inverno	Administração Interna
Pjr	731	Recomenda ao Governo que proceda à abertura de concurso para contratação de pessoal civil não policial da PSP e da GNR	Administração Interna
Pjr	730	Recomenda ao Governo que inicie um processo de estudo e debate sobre a criação de uma polícia nacional de natureza civil em resultado da fusão entre a PSP e a GNR	Administração Interna
Pjr	327	Valorização da carreira de Bombeiro Sapador	Administração Interna
Pjr	257	Pela dotação do país com meios aéreos públicos afetos à proteção civil	Administração Interna
Pjr	256	Apoio extraordinário às Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários	Administração Interna
Pjr	208	Pela valorização remuneratória e de carreira dos Funcionários Judiciais	Administração Interna
Pjr	843	Pela urgente revisão da Carreira Especial de Fiscalização e valorização dos trabalhadores	Administração Pública
Pjr	625	Pela regularização dos vínculos laborais precários dos trabalhadores da Administração Pública no âmbito do PRR – Plano de Recuperação e Resiliência	Administração Pública
Pjr	436	Alteração à Resolução da Assembleia da República n.º 49/2015, de 8 de maio, que aprova o Regulamento da Gestão do Desempenho na Assembleia da República	Administração Pública
Pjr	435	Alteração à Resolução da Assembleia da República n.º 20/2004, de 16 de fevereiro, que aprova a estrutura e competências dos serviços da Assembleia da República	Administração Pública
Pjr	328	Recomenda ao Governo a reposição, criação e valorização das carreiras na Administração Pública e a revogação do SIADAP	Administração Pública
Pjr	1	Constituição de uma Comissão Eventual de Verificação de Poderes dos Deputados Eleitos	Administração Pública
Pjr	1121	Apoios às empresas e explorações agrícolas afetadas pelas intempéries em 2026	Agricultura e Pescas
Pjr	1035	Recomenda ao Governo a adoção de medidas de preservação da atividade piscatória no Banco de Gorringe	Agricultura e Pescas
Pjr	920	Recomenda ao Governo a adoção de medidas de mitigação do aumento dos custos dos fatores de produção na agricultura	Agricultura e Pescas
Pjr	820	Recomenda ao Governo a criação de um apoio excecional de recuperação dos rendimentos dos profissionais da pesca	Agricultura e Pescas
Pjr	514	Sobre a Renovação Automática de Licenças na Pesca Local e Artesanal	Agricultura e Pescas
Pjr	490	Prioridade à beneficiação dos mostos com aguardentes vínicas do Douro	Agricultura e Pescas
Pjr	203	Reforço do Benefício em 15 mil pipas para atesto de preservação do Património vínico da Casa do Douro	Agricultura e Pescas
Pjr	199	Recomenda ao Governo que adote medidas para combater situações de unidades de aquacultura abandonadas	Agricultura e Pescas
Pjr	198	Recomenda ao Governo a criação da Empresa Nacional de Dragagens, E.P.E.	Agricultura e Pescas
Pjr	197	Correção dos problemas de funcionamento das plataformas BMar e Capitania online	Agricultura e Pescas
Pjr	130	Recomenda ao Governo a adoção urgente de medidas aos viticultores do Douro	Agricultura e Pescas
Pjr	769	Defender o ambiente e a qualidade vida das populações da Península de Setúbal	Ambiente
Pjr	109	Em defesa da costa litoral do concelho de Grândola	Ambiente
Pjr	1078	Plano Nacional Extraordinário de Mitigação de Riscos, Proteção e Salvaguarda do Património Cultural afetado pelas intempéries de 2026	Cultura
Pjr	941	Recomenda ao Governo a adoção urgente de medidas de estudo, conservação e valorização da Anta Grande do Zambujeiro (Évora)	Cultura
Pjr	480	Recomenda ao Governo a criação de condições para a salvaguarda e diversificação do financiamento no âmbito da recuperação de edifícios estratégicos e/ou classificados património mundial para o projeto Évora Capital Europeia da Cultura 2027	Cultura
Pjr	415	Valorização da Calçada Portuguesa e da profissão de Calceteiro	Cultura
Pjr	209	Pela gestão pública da Fundação de Serralves e a garantia da gratuitidade da entrada em Serralves em todos os fins de semana e feriados	Cultura
Pjr	192	Recomenda ao Governo a deslocalização do Museu Militar do Porto para, no Edifício do Heroísmo, instalar o Museu da Resistência Antifascista no Porto	Cultura

Pjr	1108	Recomenda ao Governo a revisão e atualização do Regime Remuneratório dos Profissionais da GNR	Defesa
Pjr	1106	Apoios específicos ao movimento associativo popular, associações de bombeiros e instituições de solidariedade social	Desporto e Associativismo
Pjr	1034	Recomenda ao Governo que garanta o financiamento para as instituições da Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica e da Rede de Apoio e Proteção às Vítimas de Tráfico	Direitos, Liberdades e Garantias
Pjr	31	Recomenda ao Governo a implementação urgente de um plano de ação e investimento para a prevenção e combate à violência doméstica e no namoro	Direitos, Liberdades e Garantias
Pjr	1098	Pelo acesso das populações à rede bancária de Multibancos	Economia
Pjr	1021	PRR – alargar prazo de execução, garantir a construção de equipamentos em curso, fixar e valorizar trabalhadores essenciais ao aproveitamento de fundos comunitários	Economia
Pjr	797	Combate à especulação e controlo de preços de bens e serviços essenciais	Economia
Pjr	476	Recomenda ao Governo a valorização da fileira da lã	Economia
Pjr	45	Travar a venda do Novo Banco ao capital estrangeiro, reverter o assalto aos recursos nacionais e recuperar o controlo público desta instituição financeira	Economia
Pjr	1065	Recomenda ao Governo a uniformização do calendário escolar na educação pré-escolar e no ensino básico	Educação e Ciência
Pjr	916	Gratuidade das refeições escolares e a garantia do financiamento às autarquias	Educação e Ciência
Pjr	832	Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 132/2025, de 24 de dezembro, que cria a Agência para a Investigação e Inovação, E. P. E., com a transformação da Agência Nacional de Inovação, S. A., e a fusão da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P., bem como à aprovação do respetivo regime jurídico	Educação e Ciência
Pjr	732	Valorização das Repúblicas e Solares de Estudantes de Coimbra	Educação e Ciência
Pjr	614	Determina a criação do Instituto Nacional para a Computação Avançada	Educação e Ciência
Pjr	332	Recomenda a adoção de medidas de valorização dos trabalhadores da educação e da escola pública	Educação e Ciência
Pjr	206	Medidas para garantir os professores a todos os estudantes e valorizar os professores e educadores	Educação e Ciência
Pjr	139	Recomenda ao Governo o reforço da oferta pública de residências para estudantes no distrito do Porto	Educação e Ciência
Pjr	107	Garantia de uma verdadeira Educação Inclusiva na Escola Pública	Educação e Ciência
Pjr	837	Adoção de medidas de apoio e compensação a sectores mais afetados pelo aumento dos preços dos combustíveis e outros fatores de produção	Energia
Pjr	760	Pela promoção de alterações urgentes ao quadro normativo de segurança das linhas elétricas	Energia
Pjr	999	Travar a especulação, garantir e proteger o direito à habitação	Habitação
Pjr	114	Pela garantia do direito à Habitação no distrito do Porto – reforçar a oferta pública de casas para arrendar a custos controlados, incentivar o movimento cooperativo e recuperar os edifícios públicos degradados	Habitação
Pjr	581	Reforço de meios para o combate ao crime de Violência Doméstica	Justiça
Pjr	1033	Recomenda ao Governo que no âmbito dos Protocolos celebrados com o Governo do Reino de Espanha diligencie no sentido da suspensão das obras nas minas San Juan (Gudínã)	Negócios Estrangeiros e Comunidades
Pjr	754	Condenação da escalada de agressão e de ameaças dos EUA contra Cuba e exigência do respeito da soberania e dos direitos do povo cubano	Negócios Estrangeiros e Comunidades
Pjr	677	Pelo respeito do direito internacional e da soberania e independência nacional da República Bolivariana da Venezuela	Negócios Estrangeiros e Comunidades
Pjr	489	Condenação da agressão militar dos EUA contra a República Bolivariana da Venezuela e do sequestro do seu Presidente, Nicolás Maduro e da sua esposa, a Deputada Cilia Flores	Negócios Estrangeiros e Comunidades
Pjr	5	Recomenda ao Governo que reconheça o Estado da Palestina	Negócios Estrangeiros e Comunidades
Pjr	1159	Pela defesa da empresa Serviços Portugueses de Handling e dos seus trabalhadores	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	1081	Pela reativação e modernização da linha ferroviária do Corgo	Obras Públicas, Transportes e Comunicações

Pjr	943	Por uma estratégia de promoção do transporte público com oferta reforçada e acesso universal e gratuito	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	798	Investimento nos terminais de transportes rodoviários e melhoria do serviço às populações	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	665	Pela resposta urgente aos graves problemas do transporte ferroviário no atual serviço da Fertagus na ligação Setúbal – Lisboa	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	487	Pela reintegração da Linha do Tua na Rede Ferroviária Nacional	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	410	Resgatar o direito ao transporte público fluvial entre as margens do Rio Sado	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	334	Avaliação, valorização e defesa da TAP no contexto da economia nacional	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	301	Cessação de Vigência do Decreto-Lei n.º 92/2025, de 14 de agosto “Aprova o processo da primeira fase da reprivatização do capital social da TAP — Transportes Aéreos Portugueses, SA.”	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	126	Recomenda ao Governo a reposição da carreira de Agente Único de transportes coletivos	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	56	Recomenda ao Governo a criação de um audacioso plano de desenvolvimento do Metro do Porto para a próxima década	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	55	Garante o financiamento e a calendarização da concretização das vias estruturantes fundamentais à mobilidade no interior do distrito do Porto	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	54	Recomenda ao Governo a criação de um Plano de modernização, desenvolvimento e reforço do transporte ferroviário no distrito do Porto	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Pjr	333	Recomenda ao Governo a proibição de “mineração industrial” de criptoativos e a sua utilização pelo sistema financeiro	Orçamento e finanças
Pjr	842	Aprova um programa de trabalho e um calendário de ações com vista à criação e instituição em concreto das regiões administrativas	Poder Local e Ordenamento do Território
Pjr	527	Regularização da situação dos trabalhadores e reforço de meios e financiamento dos Centros de Produção da RTP-Açores e da RTP-Madeira	Regiões autónomas
Pjr	998	Recomenda ao Governo a adoção de medidas para a fibromialgia e para a encefalomielite miálgica	Saúde
Pjr	975	Recomenda ao Governo a criação de um Serviço de Urgência Básica no Centro de Saúde de Coruche	Saúde
Pjr	917	Recomenda ao Governo a adoção de medidas de incentivo à dádiva de sangue	Saúde
Pjr	915	Recomenda ao Governo a adoção de medidas que garantam o acompanhamento dos doentes com demência ou situação psicologicamente instável	Saúde
Pjr	819	Recomenda ao Governo a adoção de medidas de promoção e alargamento dos rastreios oncológicos	Saúde
Pjr	818	Valorização dos enfermeiros nas unidades públicas de Saúde	Saúde
Pjr	778	Criação da carreira especial de médico dentista no SNS	Saúde
Pjr	676	Recomenda ao Governo a adoção de medidas para melhorar a abordagem em saúde à Esclerose Lateral Amiotrófica	Saúde
Pjr	604	Reforço da resposta em cuidados paliativos pediátricos	Saúde
Pjr	309	Reforço da capacidade das unidades de saúde do SNS no distrito de Setúbal	Saúde
Pjr	205	Pela efetiva implementação da Educação Sexual transversal e interdisciplinar em meio escolar	Saúde
Pjr	204	Alteração do regime de mobilidade por doença	Saúde
Pjr	170	Garantir o funcionamento regular e permanente da Urgência Pediátrica da Unidade Local de Saúde Viseu Dão Lafões	Saúde
Pjr	140	Pela urgente recuperação dos edifícios escolares públicos no distrito do Porto	Saúde
Pjr	110	Recomenda ao Governo a regulamentação da profissão de Psicomotricista	Saúde
Pjr	48	Recomenda ao Governo que garanta os cuidados de saúde aos doentes com epidermólise bolhosa	Saúde
Pjr	47	Valorização dos Farmacêuticos no Serviço Nacional de Saúde	Saúde
Pjr	46	Recomenda ao Governo a construção do Hospital Central do Algarve	Saúde
Pjr	21	Implementa um Plano de Capacitação da Unidade Local de Saúde do Tâmega e Sousa	Saúde

Pjr	20	Construção do novo Hospital Póvoa de Varzim - Vila do Conde, integrado no Serviço Nacional de Saúde	Saúde
Pjr	19	Construção de novas instalações para o Hospital de Santo Tirso, integrado no Serviço Nacional de Saúde	Saúde
Pjr	910	Aumento intercalar das reformas e pensões no ano de 2026	Segurança social
Pjr	817	Pela revisão do Modelo de Apoio à Vida Independente e alargamento da rede CAVI	Segurança social
Pjr	698	Cessação de Vigência do Decreto-Lei n.º 127/2025, de 9 de dezembro, que “Altera o Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social”	Segurança social
Pjr	593	Pelo reforço da rede de equipamentos e serviços de apoio aos idosos, promovendo a transição das pessoas em situação de internamento social	Segurança social
Pjr	412	Definição e regulamentação de um regime laboral e de aposentação específico para os trabalhadores por turnos	Segurança social
Pjr	411	Definição e regulamentação de um regime laboral e de aposentação específico para as profissões na Saúde	Segurança social
Pjr	180	Define medidas de emergência social para o distrito do Porto face a situações de exclusão e pobreza extrema	Segurança social
Pjr	108	Recomenda ao Governo que proceda à definição e regulamentação de um regime laboral e de aposentação específico para os trabalhadores do sector da Indústria	Segurança social
Pjr	4	Atualização extraordinária das reformas e pensões em 2025	Segurança social
Pjr	853	Pela valorização dos salários e eliminação das discriminações salariais entre homens e mulheres	Trabalho
Pjr	365	Aumento do Salário Mínimo Nacional para 2026	Trabalho
Pjr	3	Aumento do Salário Mínimo Nacional	Trabalho

12. Apreciações Parlamentares

Tipo	Nº	Título	Área
Aprl	17	Decreto-Lei n.º 145/2026, de 17 de julho que “Procede à criação da Universidade Técnica do Porto”	Educação e Ciência
Aprl	16	Decreto-Lei n.º 135/2026, de 9 de julho que “Procede à criação da Universidade de Leiria e Oeste”	Educação e Ciência
Aprl	15	Decreto-Lei n.º 143/2026, de 16 de julho que “Aprova a orgânica do INEM - Autoridade Nacional de Emergência Médica, I.P.”	Saúde
Aprl	9	Decreto-Lei n.º 31-C/2026, de 5 de fevereiro “Cria um regime de apoios sociais e de lay-off simplificado para as zonas atingidas pela tempestade «Kristin»”	Trabalho
Aprl	1	Decreto-Lei n.º 92/2025, de 14 de agosto - “Aprova o processo da primeira fase da reprivatização do capital social da TAP - Transportes Aéreos Portugueses, SA.”	Obras Públicas, Transportes e Comunicações

13. Inquéritos Parlamentares

Tipo	Nº	Título	Área
InqPrl	8	Inquérito Parlamentar à decisão do Governo português de se envolver na agressão militar dos EUA e Israel ao Irão, com as suas consequências	Negócios Estrangeiros e Comunidades

14. Votos apresentados pelo PCP

Tipo	Nº	Título
Voto	575	De condenação das agressões de Israel contra ativistas da ação humanitária com destino à Faixa de Gaza e reafirma a solidariedade com a luta do povo palestino
Voto	514	De pesar pelo falecimento de Cândido Mota
Voto	513	De pesar pelo falecimento de José Santa-Bárbara
Voto	452	De Condenação de ação violenta contra manifestação
Voto	443	De saudação pelo Dia Internacional da Mulher
Voto	418	De pesar pelo falecimento de Godelieve Meersschaert
Voto	381	De Pesar pelo falecimento de João Canijo
Voto	380	De congratulação ao Professor Doutor João Goulão, antigo Presidente do Instituto para os Comportamentos Aditivos e as Dependências (ICAD), em reconhecimento do seu percurso profissional excecional e do contributo ímpar que prestou a Portugal na área da saúde pública e das políticas sobre drogas e comportamentos aditivos
Voto	375	De Saudação pelos 80 anos do Jornal do Fundão
Voto	312	De condenação da agressão militar dos EUA contra a República Bolivariana da Venezuela e do sequestro do Presidente Nicolás Maduro e da sua esposa, deputada Cilia Flores
Voto	306	De pesar pelo falecimento de Romão Lavadinho
Voto	293	De pesar pelo falecimento de José Pessoa
Voto	234	De saudação pelo Dia Internacional para a Eliminação de todas as formas de Violência contra as Mulheres
Voto	230	De saudação pelo reconhecimento da Arrábida como Reserva da Biosfera da UNESCO
Voto	206	De pesar pelo falecimento de António Borges Coelho
Voto	7	De condenação pela agressão fascista ao ator Adérito Lopes do Grupo de Teatro A Barraca
Voto	1	De pesar pelo falecimento de Eduardo Gageiro